



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 81

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira 19 de Setembro de 2007

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da sessão pela Vice-Presidente Fernanda Mendes)*

**Secretários:** *Deputados António Loura e Cláudio Lopes (substituídos no decorrer da sessão pelos Deputados Henrique Ventura e Luís Henrique)*

### Sumário

*(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 20 minutos)*

Após a leitura da correspondência, passou-se ao período de tratamento de assuntos de interesse político relevante. Usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Avelar (PS), Luís Henrique Silva (PSD), José Ávila (PS), Artur Lima (CDS/PP), Paulo Gusmão (Indep.), Piedade Lalanda (PS), António Loura (PS), Sérgio Ferreira (PS), António Ventura (PSD), Luís Paulo Alves (PS), bem como os Srs. Secretários Regionais da Presidência (Vasco Cordeiro), da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues) e do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques).

O período da **Agenda da Reunião** foi constituído por um único ponto, a **continuação das perguntas ao Governo Regional com resposta oral, nos termos do artigo 180º do Regimento da ALRAA, formuladas pela Representação Parlamentar do**

**CDS/PP**, no qual participaram o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*) e os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Jorge Macedo (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), Guilherme Nunes (*PS*), António Marinho (*PSD*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

*(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos)*

**Presidente:** Boa tarde Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.  
Vamos dar início à chamada.

*Eram 15 horas e 20 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana** Isabel Damião de Serpa Arruda **Moniz**

**António** Gonçalves Toste **Parreira**

**António** José Tavares de **Loura**

**Fernanda** Correia Garcia **Trindade**

**Fernando** Manuel Machado **Menezes**

**Francisco** Manuel **Coelho** Lopes Cabral

**Guilherme** de Fraga Vicente **Nunes**

**Henrique** Correia **Ventura**

**Hernâni** Hélio **Jorge**

**José** Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

**José** de Sousa **Rego**

**José** Gaspar Rosa de **Lima**

**José** Manuel Gregório de **Ávila**

**Lizuarte** Manuel **Machado**

**Luís** Paulo de Serpa **Alves**

**Manuel** Avelar Cunha Santos

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria Fernanda da Silva Mendes**

**Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Mariana Rego Costa de Matos**

**Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral**

**Nuno André da Costa Soares Tomé**

**Osório Meneses da Silva**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**António Lima Cardoso Ventura**

**António Maria da Silva Gonçalves**

**António Pedro Rebelo Costa**

**Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**

**Jaime António da Silveira Jorge**

**José Manuel Avelar Nunes**

**José Manuel Cabral Dias Bolieiro**

**Luís Henrique da Silva**

**Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte**

**Mark Silveira Marques**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

**Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Artur Manuel Leal de Lima**

***Deputado Independente (Ind.)***

**Paulo Domingos Alves de Gusmão**

**Presidente:** Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Passamos à leitura da correspondência.

**Secretário** (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho relatório e parecer sobre o pedido de autorização para o Deputado António Lima Cardoso Ventura prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo comum singular nº 50/03.5 PBAGH, a correr termos no 2º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho relatório e parecer sobre o pedido de autorização para o Deputado Aires António Fagundes Reis, prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo comum singular nº 181/05.7 TAAGH, a correr termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.

**Presidente:** Apresentada a correspondência, queria informar os Srs. Deputados de que o livro que a mesa deliberou mandar fazer com os nomes e as biografias de todos os Srs. Deputados que passaram por esta casa está em condições de ir para a editora e segue já na próxima segunda-feira. Portanto, os Srs. Deputados que ainda não entregaram as suas notas biográficas podem fazê-lo até Sexta-Feira.

Eu não posso esperar mais tempo. Já está orçamentado e a partir dessa data quem não tiver feito a entrega das notas biográficas o livro ficará apenas com os dados que constam no registo dos serviços da Assembleia.

Posto isto, passamos às intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

**Deputado Manuel Avelar** (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Possivelmente, em trinta anos de Autonomia, nunca uma visita Estatutária do Governo Regional à Ilha Graciosa terá sido tão frutuosa. Nem tudo foi decidido conforme as solicitações do Conselho de Ilha, mas os empreendimentos iniciados ou

lançados a concurso abrem perspectivas muito animadoras para o desenvolvimento local.

O lançamento da primeira pedra do hotel, acto simbólico, porque a obra já está iniciada empreendimento, com a classificação de quatro estrelas e 120 camas, localizadas no lugar da Barra, freguesia de Santa Cruz, ficará enquadrado no futuro projecto Municipal Barra-Santa Catarina.

Entendemos ser a dimensão e categoria deste hotel a adequada para a Graciosa, cujo custo de construção atingirá os 5,7 milhões de euros com mais 1 milhão para o equipamento e mobiliário.

Não temos ilusões que a construção do hotel não será a única das soluções, mas será uma das soluções para o turismo da Graciosa. Pretendemos um turismo de qualidade e que esta obra sirva de impulso a novas experiências na área do turismo rural e a oportunidade de renovação das unidades de alojamento já existentes.

Estamos confiantes que, num futuro breve, o turismo será um dos pilares do desenvolvimento da Ilha Branca.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O lugar do Carapacho mudará radicalmente o seu aspecto e ampliará o seu valor turístico com os investimentos para lá projectados.

O projecto de recuperação da Unidade Termal, aliando conforto e modernidade, devidamente enquadrado na paisagem circundante, concurso a lançar brevemente pela Sociedade “Ilhas de Valor”, no valor estimado de 1,5 milhões de euros. Estas obras de reabilitação permitirão certificar estas termas no tratamento terapêutico, criando um conjunto de infra-estruturas ligadas à talassoterapia, criando-se assim um pólo de desenvolvimento na área do turismo de lazer, surgindo como um núcleo de mercado a explorar.

Para a protecção das fontes termais serão adquiridos os terrenos necessários, para que nada possa contribuir para a alteração da qualidade das águas ali existentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As piscinas naturais do Carapacho, juntamente com o edifício das Termas, são um “ex-libris” não só da freguesia da Luz, mas também da nossa ilha.

Há muito que se fala da necessidade de ampliá-las, principalmente o solário, porque o existente é muito pequeno.

Agora, num projecto de qualidade, que terá também o objectivo de proteger o edifício termal, haverá uma requalificação e valorização do complexo das piscinas e solário, valorizando-os e dando uma maior dignidade ao espaço e conforto aos que lá se deslocam na época balnear, investimentos estes estimado em 700.000 euros.

Não esquecendo as pessoas com dificuldades de mobilidade será construída uma rampa de acesso.

Ainda na área balnear foi decidido elaborar um projecto para melhorar a acessibilidade ao mar na zona do Barro Vermelho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas nem só de turismo se fala, o sector das pescas, outro dos pilares da economia graciosense, também foi devidamente assinalado.

No porto de pescas da Praia, serão investidos cerca de 2,6 milhões de euros – o projecto inclui a instalação de cais flutuantes, sinalização marítima, redes de água e electricidade, dispositivo de combate a incêndios e pavimentação, casas de aprestos e novo edifício para a lota. Será ainda este ano lançado o concurso para a consolidação do porto de pescas de Santa Cruz.

No porto comercial serão investidos 2,5 milhões de euros, o cais acostável ficará com um comprimento de 220m, com profundidade de 6,5m, permitindo a criação de dois postos de amarração.

Haverá uma reorientação da actual implantação do cais e o aumento do terrapleno.

Esta será uma obra de grande valor para a economia graciosense, porque é aqui que são exportados a maior parte dos produtos com alto valor comercial – gado e lacticínios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na área da agro-pecuária e depois de reuniões com os representantes das Associações Agrícolas e da Adegas Cooperativa foram tomadas medidas importantes das quais salientamos a execução de um furo de captação de água e implantação de reservatórios, com o objectivo de reforçar o abastecimento de água à lavoura.

Foram também inaugurados os caminhos rurais/Canada das Relheiras/Canada da Rosa, na freguesia de Santa Cruz, e Canada do Sul, na freguesia da Luz, numa extensão de 2,3 km os quais em muito vieram beneficiar a acessibilidade às pastagens, tornando mais fácil a vida dos nossos agricultores.

No que se refere à rede de estradas, foi decidido lançar o concurso para a reabilitação do Caminho da Igreja – Courelas, acessos ao Aeroporto e Porto da Calheta, pelo valor base de 1,5 milhões de euros, assim como elaborar o projecto de melhoramento da Estrada Regional Limeira – Porto Afonso, obras essas que virão melhorar substancialmente a nossa rede de estradas.

Foi apresentado o projecto de requalificação do Largo da Beira-Mar da Vitória, obra há muito esperada pela população local, pelo valor estimado de 330.000 euros e que irá transformar aquele lugar numa aprazível zona de convívio.

Quanto à saúde foram dados passos significativos no sentido da aquisição dos terrenos para o novo Centro de Saúde, assim como para a elaboração do referido projecto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como conclusão de tudo o que de bom se deu nesta visita à Graciosa, foram inauguradas as obras de requalificação da Escola Básica e Secundária da Graciosa, obras que ultrapassaram os 7 milhões de euros, dignificando a área da educação, ficando apenas por concluir um espaço desportivo ao ar livre, com a colocação do piso sintético, obra esta que será efectuada muito brevemente.

Pela primeira vez foi feita a abertura do Ano Escolar na Ilha Graciosa o que muito honra a nossa comunidade educativa. Os edificios agora renovados tem condições para docentes, alunos e pessoal auxiliar exercerem com qualidade e motivação as suas funções.

Os Graciosenses têm razão para encarar o seu futuro com optimismo.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo inscrições para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

**Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na passada semana decorreu a visita estatutária do Governo Regional à Ilha Graciosa. E durante a mesma, o Governo Regional reuniu com o Conselho de Ilha. Aí, o Governo Regional expôs as suas opções de investimento público na Ilha Graciosa.

O Presidente do Governo, em jeito de conclusão, e para fazer uma longa explicação das opções e das soluções encontradas para a Ilha Graciosa, afirmou que “os membros do Conselho de Ilha são depressivos”, já que, na opinião do Presidente do Governo Regional, estes não sabem o que querem para a Ilha Graciosa.

Induziu o Presidente do Governo Regional que, pelo facto do Partido Socialista ter ganho as eleições na Ilha Graciosa, será ele o conhecedor único das necessidades da Ilha Graciosa. Aos demais eleitos, legítimos representantes do povo graciosense, o Presidente do Governo passou um atestado de incompetência.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Não apoiado!

**O Orador:** Quando o Presidente do Governo apela à unidade e à coesão de esforços, quer apenas ordenar que seja tudo como o Governo quer e os Graciosenses nada contam para dar opinião sobre o seu futuro.

Esta visita do Governo Regional fica marcada pela apresentação de inúmeros projectos e tal só acontece porque, por um lado, aproximam-se eleições regionais, mas sobretudo, porque o trabalho de exigência, de crítica construtiva, de reivindicação e de defesa da Graciosa, levado a cabo pelo PSD, obriga o Governo Regional a mudar de atitude relativamente à necessidade de investir nesta Ilha.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É obvio que, ao longo dos doze anos de governação da Região, foram tomadas várias medidas positivas em prol da Graciosa. Tais como, a decisão de construir, de raiz, um novo hotel; a apresentação do projecto de requalificação das termas do Carapacho, cujo concurso espero que seja lançado muito brevemente; a parceria conjunta com a Câmara Municipal, o que acontece pela primeira vez, do Centro de Processamento e Centro de Valorização orgânica por compostagem.

Mas, para quem governa a Região há doze anos, muito está por fazer, muito que já devia ter sido feito. Não se atacou os problemas na sua raiz mais profunda.

Ignorou-se a desertificação humana de que padece a Graciosa. Não se implementou políticas que visem dar condições ao investimento privado na Ilha Graciosa. Da Educação à Saúde, das acessibilidades à fixação dos jovens, às condições de vida dos idosos, têm faltado políticas e, daí, não surgirem os resultados desejados pelas populações.

O Presidente do Governo Regional disse que a Graciosa não precisa de um voo ao Domingo, mas todos os graciosenses defendem, incluindo os deputados do Partido Socialista, o contrário.

Mas quem são os graciosenses, quem são os eleitos locais, quem são os deputados eleitos pelos graciosenses, perante a voz autoritária do Presidente do Governo?

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Mas como para o ano que vem é ano de eleições, ninguém se espante se surgirem novas promessas de melhoramento das acessibilidades da Graciosa. Para cumprir sabe-se lá quando!

A Graciosa e os Graciosenses não deixarão de enaltecer tudo o que for feito pela sua Ilha e por um futuro melhor, venham as ideias e os projectos de onde vierem.

Nós, aqui estaremos para cumprir o mandato que os graciosenses nos deram. Ou seja, aqui continuaremos a trazer a público os anseios dos cidadãos da Graciosa. Cidadãos tão competentes como quaisquer outros cidadãos das outras Ilhas dos Açores.

**Deputados Clélio Meneses e José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Aqui vamos continuar a exigir a implementação de políticas para que a Graciosa deixe a cauda do desenvolvimento Regional, do poder de compra dos graciosenses que é de 58% da média nacional, quando o do Concelho de Ponta Delgada é de 109%.

A Graciosa também é Açores. E, portanto, melhores dias têm que chegar à Graciosa. Porque a Graciosa merece melhor.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão inscritos para o debate os Srs. Deputados Manuel Avelar e José Ávila.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

**(\*) Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

Possivelmente como disse e vou voltar a afirmar, pelo menos nos últimos anos que andamos por aqui nunca foi tão frutuosa uma visita estatutária à Graciosa. Isso é uma verdade!

Aliás, no debate que tive na Sexta-Feira com o seu líder local, e que o senhor certamente ouviu, ele próprio tinha expectativas de que realmente isso ia acontecer e realmente aconteceu.

É verdade que muitos milhões vão ser investidos e é preciso muito mais para se investir. É verdade! Mas vamos falar de casos simples, por exemplo, quando fala de desertificação humana. Já falámos muito no Conselho de Ilha, na Câmara, na própria Assembleia Municipal.

A desertificação não acontece apenas agora e há deputados aqui dentro que têm melhores conhecimentos disto. Desde a década de 50 que os Açores estão a perder população em termos globais, principalmente as ilhas mais pequenas e podemos até falar no caso do Faial, que agora comemora os 50 anos do Vulcão dos Capelinhos.

Mas vamos à Graciosa que é o que nos interessa aqui.

É preciso tomar medidas de fixação de jovens, de apoio à natalidade.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Mãos à obra!

**O Orador:** Vamos, vamos! Os senhores estiveram 20 anos no poder e não fizeram nada nesse campo. Vamos com calma, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Isto são medidas que não se tomam de um dia para o outro. É preciso que se façam estudos para que se tomem as medidas que à partida sejam as mais adequadas para as ilhas pequenas.

Voltando um pouco atrás, foi dito pelo Sr. Presidente no Conselho de Ilha que essas medidas, tanto de apoio à natalidade, como à fixação de jovens e até de jovens

licenciados, serão muito em breve apresentadas à Região, e principalmente às ilhas mais pequenas (Graciosa, Flores, Santa Maria e sobretudo o Corvo).

Nós temos que ter consciência de que essas medidas não se fazem de um momento para o outro. Aliás, já debatemos até num Conselho de Ilha o exemplo de Câmaras no Continente que estão a fazer algumas experiências, que não sabemos ainda os resultados, porque os resultados de apoio à natalidade e da fixação de jovens não se vêem ao fim de um ano ou dois. São políticas a médio e a longo prazo para fixar um jovem lá por um ano ou dois, possivelmente adianta pouco. Temos que ter medidas que sejam efectivas para uma boa qualidade do trabalho desses jovens licenciados na ilha.

O senhor acha que não se fez nada? Que se fez pouco?

Eu acho que se fez bastante.

O senhor refere que sejam tomadas as medidas correctas e que os concursos sejam lançados.

O senhor sabe muito bem que os concursos levam bastante tempo. É preciso que corram bem. No mínimo, praticamente são seis meses.

Quando salientou ali as termas, pensei que também salientaria uma obra muito importante para o Carapacho, as piscinas. Acho que é uma área muito importante para a Graciosa aliar este “nicho” de mercado do turismo termal com as piscinas, para que os visitantes que se desloquem à Graciosa no Verão tenham melhores condições do que as que têm até hoje.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

Na sua intervenção o senhor reconheceu que alguma coisa de boa apareceu neste comunicado e isso é de louvar, porque foram enunciadas obras importantes e estruturantes para a Ilha Graciosa.

Já agora queria aproveitar para dizer que algumas das coisas pedidas pelo Conselho de Ilha foram satisfeitas na visita e passo a citar algumas:

Relativamente à fixação de jovens, que é uma área difícil e o “calcanhar de Aquiles”, embora eu também ache que isto é uma situação transversal (isto tem a ver com a autarquia, com os empresários e com o Governo Regional), no que toca ao Governo Regional acho que tem havido a dotação de quadros técnicos nos serviços públicos, embora em números reduzidos, mas a ilha também é relativamente pequena.

Quero lembrar-lhe também que só o hotel vem empregar directamente 30 pessoas. Nós temos que ter em conta que na Graciosa, neste momento, existem 151 pessoas inscritas na Agência de Qualificação e Emprego. Dessas 151 pessoas, 15 procuram o primeiro emprego, 92 novo emprego e 12 procuram melhor emprego. Isto quer dizer que esta estrutura, pelos números, é importante.

Ainda para mais existe um curso de turismo na Escola Básica e Integrada, o que quer dizer que essas pessoas podem ter emprego quando acabarem o seu curso.

Relativamente às Termas do Carapacho também vão representar um contributo importante para essa área.

Só por si, estas duas estruturas vão criar novas dinâmicas e se calhar também vão criar algum emprego indirecto.

Relativamente ao melhoramento do porto comercial eu acho que o Conselho de Ilha fez plágio, porque esta situação só aparece nas exigências do Conselho de Ilha depois do Sr. Presidente da Câmara saber uns dias antes da visita que o Governo estava a preparar o projecto para apresentar naquela altura. De qualquer maneira, acho que é uma obra importante, é de louvar e ainda por cima vem em resposta àquilo que o Conselho de Ilha, atempadamente ou não (isso já é discutível), pensou.

Quanto à conclusão do porto de pescas todos sabem que está devidamente programada para acabar antes da legislatura. É isso que vai acontecer. Portanto, era uma exigência que nem sequer valia a pena ficar naquele documento.

A repavimentação do Caminho das Courelas e do Caminho da Igreja, no Guadalupe, também é uma história que não valia a pena estar ali, porque todos sabem que esta importante rede viária ainda não tinha sido recuperada precisamente por causa das obras que a Câmara fez, de abastecimento de água às populações naquela zona, mas acabando as obras da Câmara Municipal, o Governo Regional vai avançar com ela como lhe compete.

Relativamente às ligações aéreas com as nossas comunidades emigrantes também é uma questão que já é pública. Todos sabem que o Governo Regional está a preparar uma solução para melhorar as condições tarifárias e de ligações com os Estados Unidos e o Canadá.

Com estes pontos só queria demonstrar que é preciso pedir ao Conselho de Ilha que tenha um pouco mais de imaginação e que realmente peça outras coisas que não aquelas que já estão em andamento.

Muito obrigado.

**Deputado Osório Silva (PS):** Muito bem!

**Deputado António Marinho (PSD):** O senhor não pertence ao Conselho de Ilha!!!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de intervir nesta fase, em resposta à intervenção do Sr. Deputado Luís Henrique apenas para clarificar alguns aspectos que foram deixados de certa forma em aberto e que, salvo o devido respeito, não me parece que correspondam à verdade, sobretudo aquelas que foram as expressões que o Sr. Deputado atribuiu ao Sr. Presidente do Governo.

O Sr. Presidente do Governo não disse no Conselho de Ilha que os membros do Conselho de Ilha eram depressivos. É falso que o tenha dito! Nem disse que os membros do Conselho de Ilha não sabiam o que queriam.

Houve uma exposição muito viva, muito clara sobre o entendimento do Governo Regional em relação àquela que deveria ser a visão do Governo Regional sobre aquilo que deveria ser a estratégia de desenvolvimento dos Açores, não apenas das chamadas Ilhas da Coesão, e a explanação de aspectos como essa estratégia de desenvolvimento deveria, na perspectiva do Governo, articular-se com esta qualificação das chamadas Ilhas da Coesão.

Portanto, nem uma, nem outra foram expressões utilizadas pelo Sr. Presidente do Governo com o sentido que o Sr. Deputado Luís Henrique, certamente por lapso, referiu na sua intervenção.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns esclarecimentos relativamente à Ilha Graciosa, concordando com muito do que aqui foi dito.

Realmente é preciso investir na Graciosa. A Graciosa é talvez a ilha com maior índice de envelhecimento nos Açores e isso causa uma preocupação muito grande, a que o Governo naturalmente estará atento, mas nós também estamos e não podemos deixar de o referir aqui, como foi muito bem referido.

Se a política de fixação de jovens na Graciosa é a que o Sr. Deputado referiu, nem daqui a 50 anos lá chegamos. Portanto, daqui a 50 anos a Graciosa não tem gente com essas políticas que o senhor referiu que o Governo está a implementar.

No entanto, eu gostaria também que os Srs. Deputados da Graciosa e os Srs. Membros do Governo me esclarecessem relativamente ao porto de pescas da Graciosa e do sector de recreio náutico. Segundo eu percebo, o projecto do sector de recreio náutico foi abandonado.

Vai ser feito?

Não vai ser feito?

Em que ponto é que está?

Isso foi prometido em 1999. O Sr. Secretário da Economia e o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas da altura, referiam o belíssimo investimento de 900 mil euros no porto de pescas e no sector de recreio náutico da Graciosa.

Eu gostaria que me esclarecessem esse ponto. Em que é que vai ficar a obra? Percebe-se que o núcleo náutico talvez foi “engolido” pelas pescas. Não sei se passou lá algum “peixe” de maior porte que tenha engolido o recreio náutico.

Eu gostaria que me esclarecessem sobre essa matéria.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(\*) **Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria agradecer ao Sr. Deputado Manuel Avelar o facto de ter aceite que este debate passasse para o dia de hoje, em virtude de ontem eu não poder participar. Muito obrigado pela sua atitude.

Começava por responder ao Sr. Secretário Regional da Presidência.

O que o Sr. Presidente do Governo disse foi: “peço às diferentes entidades locais que não se refugiem em lamúrias e desenhos, em reivindicações demagógicas, acessórias e para preencher calendário”.

Isto é passar um atestado de incompetência aos autarcas da Graciosa e todos aqueles que de uma forma ou de outra estavam sentados como representantes e com condições para estarem no Conselho de Ilha.

O Sr. Presidente do Governo mais parecia o “Pai Natal” a dar bons conselhos (“tenham lá calminha, não reivindiquem muitas coisas, eu estou aqui, eu é que sei e os senhores estão aqui para obedecer”).

Mas esta não é a minha sensação, é a sensação dos seus autarcas, ou seja, dos autarcas que foram eleitos pelo Partido Socialista.

Eu não estou a trazer um assunto para aqui que seja novo, porque os senhores sabem isso perfeitamente e foi assim que as coisas aconteceram.

De facto, o Sr. Presidente do Governo disse que eram “momentos depressivos”.

Nós não podemos aceitar. Por acaso eu não tenho tendências a depressões. Se alguém as tem que as cure!

Vamos analisar aqui algumas situações por partes.

Desertificação humana:

De facto, acontece há 50 anos, mas o que é verdade é que os senhores já estão no Governo há 12 anos e não fizeram coisa alguma para a combater.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Quanto à questão do hotel, congratulamo-nos com o hotel, um hotel de raiz.

Foram lançadas muitas obras, obras importantes. Estou aqui para reconhecer isso e em nome dos graciosenses que me elegeram todos as reconhecem.

No entanto, nós temos que ver que há que ter políticas para que o hotel tenha sucesso, há que ter políticas para que as coisas se desenvolvam.

Agora, fala-se muito nos idosos.

Os idosos são muito importantes.

Nós temos 80 idosos no nosso lar, temos 14 enfermeiros e 4 médicos na Graciosa. Os idosos doentes que estão no lar têm os mesmos cuidados que tinham quando eu fui para Graciosa, que éramos 5 enfermeiros, mais dois enfermeiros nos cuidados de saúde primários.

Passados todos estes anos (e eu fui trabalhar para a Graciosa em 1985) os utentes têm os mesmos cuidados.

Um médico diz que tem 380 utentes na sua lista e não tem tempo para atender os idosos do nosso lar. São estas as políticas inovadoras, prestadoras de cuidados?

São estas políticas de melhoramento de condições de vida dos açorianos que estou aqui a reivindicar.

Não estou aqui a dizer que os investimentos que estão feitos estão mal. Estou a dizer que faltam políticas de prestação de cuidados na área da saúde.

Qual é a taxa de insucesso escolar na escola da Graciosa?

As obras estão feitas.

Sr. Deputado, do seu manifesto eleitoral, da primeira vez que o senhor foi eleito, ainda há obras por cumprir. Por acaso tive o cuidado de as ver.

Para algumas, Sr. Deputado, ainda não foi lançada a primeira pedra.

Portanto, nós temos razões para querer e para duvidar de algumas obras anunciadas.

Agora, o primeiro ponto do comunicado de ilha da visita do Governo à Graciosa, é uma obra que se vai realizar em 2012 e que o Sr. Secretário Duarte Ponte disse que ainda não está bem definida a forma, nem a data para cumprir.

Isto não é um bocadinho de demagogia para com os graciosenses?

São estas as políticas de inovação de qualidade de vida, de fixação e de criação de empregos, para não falar no sector empresarial.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Eu concordo consigo quando diz que a construção de duas estruturas importantes para a ilha, não é o “remédio” para a fixação de jovens, mas com certeza vai ajudar.

De facto, uma das lacunas que existe há muitos anos é esse tipo de política. Como sabe, está a ser feito um estudo que, quanto a mim, é importante. Aliás, já houve um primeiro estudo feito pela Câmara Municipal que, infelizmente, não foi posto em prática, mas tenho alguma esperança neste novo estudo que já está a ser feito para a fixação de jovens.

Estas duas estruturas que enunciei aqui fazem-me acreditar que podem servir como um projecto âncora para fixar mais alguns jovens, nem que seja em emprego indirecto.

Relativamente ao Núcleo de Recreio, segundo me parece, é uma obra para avançar. Portanto, daquilo que tenho conhecimento, é assim. Se calhar, essa é uma pergunta que devia dirigir ao Governo, mas de qualquer maneira é a informação que eu tenho. O senhor refere, e refere muito bem, que é preciso investir mais na Graciosa. Concordo consigo. É uma questão que todos nesta casa concordamos.

Evidentemente que o Governo deve pensar da mesma maneira, mas temos que compreender também que os fundos são finitos.

Há coisas que é preciso estar sempre a lembrar constantemente. Por exemplo, na questão das pescas. Há 11 anos, na questão das pescas, a Graciosa era zero. Nem um porto de abrigo para os pescadores existia.

É evidente que esta importante estrutura, o porto de pescas, que foi feito durante estes 11 anos e que vai ficar completo agora, vai ser uma mais valia para a Graciosa e neste momento já está a criar riqueza.

É preciso não esquecer que é uma actividade que traz muito valor acrescentado à Graciosa.

Se formos falar também na agricultura, na produção leite, também temos que compreender que em 1992 houve a intenção do Governo de acabar com a produção de leite naquela ilha. Foi numa altura complicada para os produtores de leite.

É preciso não esquecer que aquela fábrica esteve encerrada por falta de condições. Neste momento, os produtores de leite, que são há volta de 40, são o exemplo para

toda a Região, porque são jovens, são dinâmicos e também são exigentes, como é evidente, mas acho que estão a fazer um excelente trabalho.

É preciso também não esquecer que noutras áreas importantes, por exemplo na habitação, já foram investidos mais de 3 milhões de euros, na rede viária mais de 5 milhões, no turismo, em 96, nós tínhamos 6 mil e 400 dormidas, agora temos 10.300. É pouco, mas teve um crescimento de 61%.

Os hóspedes, em 96, 2.225. Neste momento ultrapassam os 4 mil. Temos um crescimento de 85%.

Em 96, tínhamos 85 camas. Agora continuamos com o mesmo número, mas vamos aumentar para 203 e essas 203 vai dar um crescimento de 138%, o que é muito importante para uma ilha como aquela.

É preciso não esquecer que isso vai crescer ainda mais, porque já deram entrada 8 projectos de apoio para unidades de turismo de espaço rural.

Às vezes ouço dizer que se deita dinheiro fora, que se atira dinheiro para os problemas, mas acho que não é o caso. Estes investimentos são fundamentais e alguns deles são mesmo estruturantes. Temos que reconhecer isso, temos que ser sérios e politicamente temos que pensar que não podemos resolver os problemas todos num dia, nem podemos estar aqui com capelinhas.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(\*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

O Sr. Deputado referiu que o Sr. Presidente do Governo teria usado a frase “momentos depressivos”. É preciso ver o contexto em que isso foi usado. Isso está inserido numa frase em que há boas razões para os graciosenses encararem o futuro com optimismo.

Acho que têm boas razões.

Se daqui a um ano, quando lá voltarmos, não estiver em andamento a maior parte de tudo isto, então vamos chamar à responsabilidade e perguntar o porquê das coisas não estarem feitas.

O senhor mostrou aí o manifesto eleitoral (pela folhinha possivelmente devia ser de 2000) de obras que ainda não estão feitas. É verdade! Mas também devia ter ao lado as coisas que foram feitas e não estavam aí escritas e dou-lhe um exemplo muito simples: o Centro de Saúde.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** O senhor não identificou isso em 2000 como uma prioridade!

**O Orador:** Não, não foi em 2000, porque nunca se falou dele. Ele não foi prometido, não estava no papelinho.

**Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Essa o senhor copiou do PSD!

**O Orador:** Os senhores não tiveram coragem de o fazer.

Os senhores em 95 fizeram muitas obras. Foram péssimas as obras que lá fizeram. Gastou-se muito dinheiro, mas isso é passado e não vamos voltar atrás.

Vamos falar dos idosos. Nós estávamos no mesmo lugar quando se falou de idosos na Graciosa.

Realmente é verdade. A Graciosa tem uma percentagem bastante alta de idosos. As Santas Casas prestam um trabalho bastante positivo.

Em termos de enfermagem se calhar falha alguma coisa. Aliás, nesse jantar falámos que se calhar as Santas Casas deviam dar um passo em frente para propor à entidade que as financia que se calhar era conveniente que um enfermeiro trabalhasse para as duas Santas Casas. Aliás, foi falado isso, porque se calhar o Centro de Saúde não tem disponibilidade, apesar de em poucos anos passar de 5 ou 6 para 13 ou 14 enfermeiros. O senhor sabe muito bem disso e sabe se calhar muito bem desses pormenores melhor do que eu.

Acho que a população está a diminuir e o número de enfermeiros a aumentar.

Portanto, a situação tem que melhorar forçosamente, senão aqui alguma coisa não joga bem.

Em relação às Santas Casas estamos de acordo. É preciso que elas proponham para que se possa fazer o melhor serviço de enfermagem e acho que certamente teria uma

resposta positiva. Aliás, dessas conversas à volta da mesa, acho que foram muito proficuas e espero que os idosos graciosenses retirem proveitos de todas estas conversas.

**Deputados Manuel Silveira e Nuno Amaral (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

(\*) **Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há dois aspectos que têm que ser clarificados.

Quanto ao ser sério, Sr. Deputado José Ávila, eu considero-me uma pessoa séria e trago aqui os meus pontos de vista. Se alguém trouxe aqui alguma vez números falsos e viu mal as coisas com o intuito de enganar, foi o Sr. Deputado.

Eu nunca disse que a Graciosa, em termos de mergulho, era o segundo destino mais barato, quando é o oitavo ou o décimo segundo e eu corrigi o Sr. Deputado.

Todos somos sérios e pessoas de bem.

O Sr. Deputado Manuel Avelar gostou da intervenção do Sr. Presidente do Governo, do tom que ele utilizou, da expressão “depressivo”?

O Sr. Deputado faz parte, quer como vereador, quer como deputado, do Conselho de Ilha.

Os comunicados do Conselho de Ilha e as suas resoluções, têm sido sempre subscritas pela sua maioria integrante, os senhores autarcas eleitos pelo Partido Socialista pelos quais eu tenho o maior respeito e consideração, mas não vale a pena estarmos aqui com lamúrias.

Falou-se aqui na saúde e já se falou aqui na inversão de algumas situações que são feitas no Serviço Regional de Saúde.

Ainda hoje, vendo a comunicação social, vi que o Hospital de Angra está a fazer formação para os cidadãos em Suporte Básico de Vida.

Nós temos enfermeiros nas nossas unidades de saúde, nos nossos serviços de urgência que não têm nos seus currículos o curso de Suporte Básico de Vida. É disto que eu tenho pena, é de não se aproveitar os recursos que nós temos e é este tipo de políticas que eu critico, porque é aqui que o PSD diz que só dar o dinheiro não resolve as situações. É lógico que a construção do novo Centro de Saúde melhora os

cuidados de saúde da sua população, mas há aqui um conjunto de políticas na saúde que visam melhorar e que não estão a ser aproveitados os recursos que nós temos e eu não estou a falar em fazer um investimento maior.

Na área dos transportes, qual é a ilha dos Açores que tem padecido mais que a Graciosa?

Os aviões estão cheios. Ainda ontem tivemos um exemplo, as nossas malas ficaram atrás. Quando nós tínhamos nas nossas malas 13 ou 14 quilos, as nossas malas ficaram na Graciosa.

Passadas 24 horas, as nossas malas ainda não estavam onde estávamos.

Chegámos ao Faial às 10 e pouco da manhã. Ontem, às 5 ou 6 horas da tarde entregaram-nos a nossa bagagem. Estas coisas não são admissíveis.

Dos barcos, nem vou falar deles, porque toda a gente já sabe o que se passou com a Graciosa. Lamentavelmente o barco ontem sai da Graciosa antes da hora prevista e os passageiros que iam apanhar o barco ficaram atrás.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** E está tudo muito bem!!! E os senhores aplaudem!

**O Orador:** Ninguém tem culpa? De quem é a culpa? A culpa é dos graciosenses? É minha?

Não se faz nada por este tipo de situações. Ninguém é responsável pelo barco sair da Graciosa antes da hora de partida?

Quem foi responsável por aquelas pessoas ficarem atrás?

Não há responsáveis por estas coisas?

Srs. Deputados, aquilo que estamos aqui a reivindicar não é para tentar esconder aquilo que de bem está a ser feito, não é tentar esconder aquilo que está a ser bem investido para o desenvolvimento da Graciosa. É chamar a atenção para aquilo que é preciso ser feito, para os recursos que são precisos ser aproveitados e não vale a pena fazer muitas estradas porque não vamos ter graciosenses.

Vale a pena, sim senhor, fazer as estradas, melhorar as estradas.

Quanto ao sector agrícola, nós já discutimos isso, Sr. Deputado. A fábrica esteve fechada 30 anos e houve uma única família que fez queijo na Graciosa, Sr. Deputado, e eu cheguei a fazer queijo nessa altura.

É uma situação que se doeu a alguém, doeu à minha família toda, Sr. Deputado. Portanto, sei sentir na pele aquilo que foi o fecho da fábrica da Graciosa e se alguém se insurgiu contra o fecho da fábrica da Graciosa fui eu, Sr. Deputado e lutei ao lado daqueles que queriam uma fábrica nova.

Se o PSD não fez, está mal, mas já pagou por isso.

Sr. Presidente, pague por aquilo que não faz, pague por aquilo que promete e não faz, e não é capaz de melhorar as políticas para a Graciosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Ávila:

Não me considero esclarecido relativamente ao núcleo de recreio da Graciosa, até porque declarações muito recentes do Sr. Presidente do Governo, aquando da visita à Graciosa, apenas fala no porto comercial e no sector de pescas da Praia da Graciosa.

Portanto, há uns dias atrás o núcleo de recreio desapareceu. O Sr. Deputado ou Sr. Membro do Governo vai ter que me esclarecer sobre essa matéria, se é para fazer, se foi retirado do projecto e quando é para fazer.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Primeiro é as pescas!

**O Orador:** Se primeiro é as pescas, em 99, o projecto era conjunto. Se é para fazer nas pescas já foi desagregada uma coisa da outra, porque em 99 estavam os dois. Há 8 anos estavam aqui.

Hoje, a Graciosa continua sem o núcleo de recreio.

Está aqui o porto da Graciosa, o Sr. Deputado está a ver aqui o saco do porto. Pergunto se o investimento é isto, 30 lugares de amarração para pescadores?

**Deputado José Ávila (PS):** Tem mais!

**O Orador:** É este o investimento no núcleo de pescas da Graciosa?

Por aquilo que eu percebo, sobrepondo um desenho ao outro, ou uma planta à outra, como lhe queira chamar, porque não sou arquitecto, a única diferença que vejo é a consolidação disto e 30 lugares de amarração.

É esse o grande investimento no porto de pescas?

Para terminar, Sr. Deputado Manuel Avelar, devo dizer-lhe que o senhor referiu aqui que o problema da desertificação não é recente. Não podíamos estar mais de acordo. Realmente V. Exa. tem toda a razão. Tem 50 anos, é até contemporâneo do Vulcão dos Capelinhos. Não poderíamos estar mais de acordo.

O que eu lhe digo é que os senhores estão lá há 12 ou vai fazer 12 e agora é que vão fazer o estudo. Agora é que se preocuparam com a desertificação? Agora é que é um problema?

Sr. Deputado, planeamento. Portanto, se já tinham conhecimento do problema, se tinham consciência da realidade, se tinham consciência da gravidade do problema, se têm consciência da desertificação, então, a tempo e a horas, hoje em dia, mais de uma década depois, já devíamos estar com políticas efectivas no terreno de promoção da natalidade.

Muito obrigado.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Já se fez muita coisa, Sr. Deputado. O PSD nunca fez nada para resolver a situação!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

Só lhe queria dizer que quando se fala em seriedade, o senhor pensa que é a única pessoa séria aqui.

**Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Eu disse que somos todos sérios!

**O Orador:** Eu tenho muito respeito por si. Sou seu amigo pessoal, mas há coisas que o senhor tem que saber e eu vou passar a ler. Em Março de 2007 o senhor disse:

“No transporte aéreo de passageiros, anunciam-se passagens baratas, mais do que em 96. Meus amigos, e quem paga as famosas taxas? São os passageiros?

O custo da tarifa não interessa, mas sim o custo global do bilhete.” Até aqui tudo bem.

“Uma passagem de ia e volta, da Graciosa ao Faial, custa € 240.75, tanto quanto ir a Lisboa e voltar.

É assim que a Graciosa é um destino barato?

Obviamente que não.

Como não é o segundo destino mais barato para a prática do mergulho, como alguns querem fazer crer. Sejam sérios nas nossas análises.”

Agora vou ler-lhe o que eu disse um mês antes:

“É também espantoso verificar que num guia francês de viagens de mergulho da época 2005/2006, anexa uma revista da especialidade onde são apresentadas, com detalhe, 67 destinos situados no Mar Vermelho, Oceano Indico, Ásia, Pacífico, Caraíbas, América do Sul, Atlântico, Canadá e Mediterrâneo, apenas 8 desses destinos são mais baratos que os Açores”.

Sr. Deputado, o senhor não percebeu bem. Isto está no Diário das Sessões. Eu estou a ser sério e aquilo que eu afirmei aqui tenho a revista e posso fornecê-la.

Muito obrigado.

**Deputado Osório Silva (PS):** Muito bem!

**Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Agradeço, Sr. Deputado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(\*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Tudo a seu tempo.

Vamos falar do sector das pescas, onde diz que isso é tão pouco.

Os 2,6 milhões a investir não é só para colocar lá as amarrações. Há muito mais a investir. É preciso ver que tem aí a lota, as casas de aprestos...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Ainda rola a lota?

**O Orador:** Ainda rola a lota, sim senhor. São 2,6 milhões no global. É uma obra muito grande para a Graciosa e de grande valor económico.

O senhor procure uma fotografia antiga da praia, em 96. Ou então esqueça 96 e vamos para 2000.

Mas podemos avançar um bocadinho mais, em 2004. Podemos ver aí. Veja a diferença e o que foi investido na área das pescas!

Portanto, ao núcleo de recreio lá chegaremos. Cada coisa por sua vez.

Primeiro o sector das pescas e depois chegaremos ao núcleo de recreio náutico.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Vai substituir a praia que desapareceu!

**O Orador:** Sr. Deputado, desculpe lá. É uma praia muito nova. É preciso recuperar a praia antiga, porque aquilo era uma praia muito nova que surgiu depois da construção do porto comercial.

O que está lá, está bem feito. Acho que a economia não vive só do turismo do mês de Julho e de Agosto. Vive também das pescas, que têm um peso económico importante na Graciosa.

Há muita gente jovem e muitos têm investido nas pescas e na construção de novas embarcações. É preciso ter isso em conta.

Sr. Deputado Luís Henrique, quanto ao navio Ilha Azul, é verdade que aconteceu aquela situação, mas ninguém é responsável por ter acontecido.

**Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** O problema é esse!

**O Orador:** Sr. Deputado, os inquéritos hão-de esclarecer essa situação. Agora, nós aqui não somos responsáveis por isso.

**Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Alguém há-de ser responsável!

**O Orador:** Agora, tem que se resolver o melhor e o mais rápido possível. Aliás, nessa tarde – o senhor estava lá – muita gente passou pela nossa freguesia para ver, porque é um hábito, uma tradição na nossa ilha o Dia de São Vapor. Muitas centenas de pessoas passaram por lá para ver o Ilha Azul.

Sabe muito bem que até à meia-noite o Expresso das Ilhas resolveu o problema dos passageiros. Nos dias seguintes, e aqui deve ser de louvar o trabalho dos TMG, o Espírito Santo levou os carros aos portos de destino, São Jorge, Pico e Faial e depois para a Terceira.

Em relação ao dia de ontem, é preciso responsabilizar alguém. Alguém há-de resolver a situação, porque não podia ter saído antes da hora.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela minha parte, para encerrar este debate.

Vou ler uma notícia de 29 de Outubro de 1999.

“Porto de pesca e sector de recreio náutico da Graciosa.

O Governo Regional dos Açores vai proceder na próxima semana à apresentação pública de um estudo prévio relativo à construção do porto de pescas e do sector de recreio náutico da Ilha Graciosa.

O anúncio foi feito ontem no parlamento açoriano pelo Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, que considerou como uma solução integrada a construção desta infra-estrutura no saco do porto comercial da Graciosa.

Duarte Ponte esclareceu ainda que com esta apresentação pública o Governo pretende ouvir as forças vivas da Graciosa, já que existe uma outra localização possível que aponta para o portinho da Barra.

O Secretário Regional da Economia revelou também que o plano para o próximo ano, 2000, vai já conter as verbas necessárias para a elaboração do projecto do futuro porto de pescas e do sector náutico da Ilha Graciosa.”

Projecto integrado, era a concepção de 99. Projecto desintegrado, é a concepção de 2007, Sr. Secretário. Esclareça-nos!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(\*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

O senhor que é da Terceira e é uma pessoa muito bem informada,...

**Deputado Mark Marques (PSD):** E os outros não são?!

**O Orador:** ... se calhar também assinou o abaixo-assinado, como os seus amigos da Terceira assinaram, para que não se fizesse o porto de pescas.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Pelas palavras do Sr. Secretário, havia uma solução alternativa!

**O Orador:** Eu não estou a levantar nenhuma suspeita, mas se calhar o senhor sabe muito bem, que tanto na Graciosa, como na Terceira houve pessoas (pessoas que têm alguma ligação estreita com a Graciosa) que fizeram um abaixo-assinado para que não se construísse o porto de pescas naquele local e algumas pessoas até com responsabilidades políticas muito importantes. Tudo isso fez com que, se calhar, ainda hoje não temos o porto de recreio. Um dia lá chegaremos.

É preciso que tenhamos essa consciência de que isso foi um sector muito negativo.

É importante um porto de pescas na Graciosa, como também é importante termos uma boa praia. Sem dúvida nenhuma. As duas coisas são importantes.

Agora, estamos a falar de uma praia pequenina, que nós nos lembramos que não existia. Ali era a chamada zona do Gueirinho e era uma zona de pedra rolada.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Ainda bem que apareceu!

**O Orador:** Ainda bem. Mas também era preciso aparecer um porto de pescas e é preciso enquadrar as coisas num espaço possível.

Portanto, acho que foi feito e bem feito.

Espero que o Sr. Deputado Artur Lima agora já esteja mais esclarecido sobre os atrasos que levam a esta situação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Avelar:

O desespero da falta de argumentos leva V. Exa. a dizer o que disse.

**Deputado Manuel Avelar (PS):** Não, não!

**O Orador:** Só assim é que eu o desculpo. Só por isso, só pela falta de argumentos de V. Exa., é que eu o desculpo.

Eu não assinei coisíssima nenhuma, não fiz parte deste grupo elitista. Agora, vai esclarecer aqui quem é que no seu partido assinou o abaixo-assinado, quem é que o dinamizou na sua ilha e na ilha Terceira, porque o senhor sabe os nomes. Diga aqui e agora, se é sério, quem do Partido Socialista foi contra a construção daquele porto, quem da Terceira se manifestou contra, quem da Graciosa se manifestou contra e antes de levantar suspeições tenha a certeza daquilo que diz. Percebeu o que eu disse? Estamos entendidos?

Agora vai esclarecer quais os socialistas que foram contra, assinaram, promoveram e dinamizaram aquele abaixo-assinado.

O senhor, como homem sério que é (eu conheço-o há muitos anos e sei que é) vai dizer quem era, antes de levantar suspeições a quem não teve nada a ver com isso.

Agora, que sou uma pessoa bem informada, sou!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(\*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Eu só disse que se calhar o senhor tinha assinado. As minhas palavras foram estas.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Eu vou dizer-lhe a seguir quem foi, se não lhe disseram!

**O Orador:** Eu não tive acesso ao abaixo-assinado.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Teve, teve. Olhe que teve!

**O Orador:** Também não passaram pela minha casa a perguntar.

E não sei quais foram os socialistas da Terceira que assinaram.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Tem casa na Praia da Vitória?

**O Orador:** Tenho, sim senhor!

Pessoas que faziam e fazem parte das nossas listas autárquicas da freguesia de São Mateus assinaram.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Está com medo dessa gente?

**O Orador:** Eu não tenho problema nenhum em assumir isso. Era a opinião deles.

A pergunta era: “Fazer desaparecer a praia?”

A praia não desapareceu. Aquilo nem sequer se chamava praia.

É o conceito e a maneira como se faz o abaixo-assinado e se diz às pessoas.

Sr. Deputado Artur Lima, o que interessa é que se há-de fazer. O núcleo de recreio há-de chegar à Praia da Graciosa. É preciso é dar tempo e o senhor saber essas coisas. Como pessoa bem informada que é, e volto a referir, o senhor sabe por que é que isto ainda não chegou lá.

Vamos fazer o núcleo das pescas e depois lá chegaremos, Sr. Deputado Artur Lima.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Um esclarecimento muito simples.

Eu assinei o abaixo-assinado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Creio que com esta revelação, terminou este debate dedicado à Graciosa. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão, para uma intervenção.

Peço à Sra. Vice-Presidente, o favor de me substituir na mesa.

*(Neste momento o Sr. Presidente da ALRAA foi substituído na Mesa pela Sra. Vice-Presidente Deputada Fernanda Mendes)*

**Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Excelentíssimos Srs. Deputados, Excelentíssimos Srs. Membros do Governo:

Venho a esta tribuna tecer algumas considerações sobre um tema que está fora das agendas políticas, embora seja um tema quase politicamente correcto: falo-vos de **Património.**

Certamente que o conceito abarca diferentes tipos de realidades, abrangendo o património imóvel, o património móvel, o património natural, que nestas nossas ilhas é tão rico, ou até o património cultural, o qual tem ganho cada vez maior importância no conjunto das realidades donde bebemos identidade e memória.

Hoje o tema que aqui proponho, dado o tempo disponível e a panóplia de questões que as várias faces do património aqui levantariam, reporta-se tão só ao património no seu sentido mais clássico, ao **património edificado.**

Somos um arquipélago cuja diversidade na paisagem marca o timbre da nossa geografia, cuja variedade peculiar fez-nos ser como somos, marcando o nosso modo de ser e as formas como humanizamos a terra que nos acolheu já lá vão para quase seis séculos. Curiosamente, esta mesma gente que tanto se arreigou à sua ilha e ao seu outeiro é daquelas que mais emigra, mas mesmo distante do torrão natal é dele que reproduz os modelos que utiliza no novo mundo. Longe do seu Largo e da Torre que lhes marcou as trindades, é ao verde da saudade que vão buscar arquitecturas, nomes de ruas, desenhos de cidades, modos de trabalhar a terra ou formas de dar vida aos alimentos.

A ligação dos açorianos à sua terra assenta na sua própria identidade. A nossa paisagem é porventura o primeiro factor determinante desse modo de ser. Mas não o é menos o aspecto deste ou daquele povoamento: a sua forma, a sua dimensão, o seu

alinhamento e organização, os seus arruamentos, a arquitectura, os próprios materiais utilizados, ou a envolvimento dos edifícios com a própria paisagem.

Desde logo a arquitectura erudita. Hoje certamente a menos ameaçada. Pela sua imponência e pela sua presença marcante no espaço onde está edificada, serão certamente já raros os casos, entre nós, de completa destruição. Pelo contrário, na Região temos assistido nos últimos anos a muitos melhoramentos e reconstruções de grande porte, promovidas com grande qualidade, quer pela Região, quer por algumas autarquias locais: Igrejas, Teatros, palacetes e solares, tudo obras que bem conhecemos, voltaram a tomar o seu brilho de outrora graças à intervenção pública do Governo Regional e de algumas Câmaras Municipais.

Mas também toda a outra arquitectura que constitui o nosso património. Cada um dos nossos Concelhos, excluindo os maiores, reduzidos à arquitectura erudita, ficaria reduzido a uma meia dúzia de edifícios.

O património abrange todo o resto: a arquitectura popular e aquela de carácter intermédio, tão comum nas nossas Vilas e Cidades. Património não é sinónimo de qualquer tipo de arquitectura superior. Património, etimologicamente, significa tão só herança paterna. O que significa muito: algo que nos foi deixado como testemunho das gerações que nos antecederam, mas que hoje nos pertence por direito adquirido a título gratuito. Faz parte do sentimento comum de cada comunidade com a sua própria terra.

Património significa, por isso, um direito e um dever: direito à fruição e dever de protecção.

Significa isto que venho aqui defender que é ao Governo Regional que caberá agora reconstruir ou promover ou tão-só apoiar a reconstrução de cada unidade de património existente na Região? Obviamente que não. Muito tem sido feito nesta matéria e não é disso que se trata.

A preocupação que venho aqui trazer tem mais a ver com a atitude que temos perante o património: desde logo os cidadãos, enquanto sociedade civil, e claro, aqueles que exercem funções executivas, sejam elas regionais ou até autárquicas.

O reconhecimento do valor simbólico, histórico ou estético de um edifício é fruto da evolução cultural das nossas sociedades. Era prática comum, umas vezes para dar

lugar a novas construções, outras para reaproveitamento de materiais, até às primeiras décadas do século XX, a demolição pura e simples dos edifícios cuja utilidade funcional havia desaparecido, ou cuja dignidade era posta em causa pelo seu estado de deterioração, sobretudo no que toca aos espaços sagrados.

Talvez pela abundância de artesãos, canteiros, calceteiros e todo o tipo de artífices e artistas, associada ao baixo custo da mão-de-obra, nem admirará muito que facilmente se quisesse substituir um edifício por outro, normalmente de maior solenidade.

Admira sim que hoje, dado o avanço cultural de que dispomos, aliado à impossibilidade, por escassez de meios humanos e financeiros, de voltar a dar-mo-nos ao luxo de construir como o fizeram muitas gerações antes das nossas, se continue a destruir tantos e tantos marcos da nossa paisagem construída.

Ainda mais quando sabemos que a concorrência que hoje podemos fazer é completamente desleal. No século XIX pôr um edifício ao chão e construí-lo de novo com mais esplendor era possível, mas dava o que fazer. Hoje, na era das betoneiras, tão rápido vai a casa ao chão como, logo a seguir, aí está o caixote pronto-a-servir.

Claro que as cidades não são museus e devemos deixar a marca do nosso tempo com aquilo que é contemporâneo. Agora não é justo nem equilibrado fazê-lo da forma permanente e insistente como o fazemos. Na linguagem dos caçadores, será como caçar sempre de furão: nesse caso não se caçam alguns coelhos – caçam-se todos, pois até da toca o furão os tira.

E, normalmente, o grande rival do nosso património não é sequer a arquitectura contemporânea, feita e pensada de raiz nos dias de hoje, mas sim as adaptações que deixam para o futuro apenas a fachada da casa, pura e seca, colada à pressão entre vidros espelhados ou andares coloridos, como se um homem depois de morrer ainda tivesse de deixar o seu esqueleto dependurado para deixar uma recordação aos vindouros.

E que dizer do neo-regional? Quantas vezes não é pior adversário do património o neo-regional à arquitectura contemporânea? Por todas as nossas ilhas, cantarias de pedra são forradas de veludoso cimento, donde logo floresce a tão dita regional pedra serrada, em forma de tábua espalmada, normalmente só pela banda de fora, para que

não haja dúvidas que aquela é mesmo da lisa. E, assim, é a casa logo dita toda regional. Talvez no mesmo sentido em que uma refeição a pratos de plástico (vá-se lá saber porquê?) é digna de receber o pronto elogio: aqui é tudo à regional.

E se nos centros históricos a palavra de ordem é a necessidade de misturar o novo com o velho, por que não é o mesmo raciocínio utilizado nas novas zonas de expansão das nossas cidades? Alguém se lembra de deixar uma pitoresca fonte de canada, um elegante torreão de uma quinta antiga, ou um pequeno largo empedrado, entre as novas torres que circundam as cidades? Aí nem se põe a dúvida. É tudo ao chão. Aqui é novo, é tudo novo! Então, mesmo aí, o património que é destruído não daria outra identidade, outra cor, e por que não dizê-lo, outra alma a esses novos lugares que, amontoando-se a si próprios, surgem quase sem darmos por isso?

Falamos muito em património, mas a verdade é que continuamos a assistir à destruição de tantas casas de traça, umas mais ricas em lavoura, outras mais envolvidas na nossa ruralidade;...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

**O Orador:** Concluirei já, Sra. Presidente.

... compactuamos com o constante surgimento de edifícios de dimensão extravagante nos centros das nossas vilas e freguesias, já que no interior dos centros históricos das cidades açorianas parece o processo estar mais calmo; nada fazemos perante a simples delapidação de calçadas, essas sim marcantes de uma época porque saídas do esforço e da arte do homem, trocadas impunemente por vias de alcatrão nas zonas antigas dos povoados, como se as ruas de moradores tivessem de concorrer no piso com as vias rápidas...

Não se trata de uma crítica a ninguém: é uma reflexão sobre nós próprios e a forma como na prática protegemos ou não o nosso património. Nesta matéria, há bom e mau por todo o lado, honra seja feita, com uma excepção, na velha capital dos Açores, Angra que, graças ao Dr. Jorge Forjaz e às várias administrações municipais desde então, tem sabido cultivar o seu aspecto estético como um conjunto onde o património significa brilho, cor e vida, bem longe das profecias de que proteger é transformar em museu. Angra é bela porque se mantém sempre jovem no aspecto e no ser, sempre igual a si própria, sem máscaras nem plásticas.

Mesmo que as térmitas a tenham cobijado, pior moça não farão do que a pior das térmitas – a moda do alumínio. Enquanto duzentas térmitas se entretêm com um barrote de falsa durante dez ou vinte anos, já milhares de casas nos Açores passaram a ter a elegante porta de madeira substituída por uma imitação quase chinesa, no precioso alumínio, também ele já quase regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um polémico entendimento de progresso e de desenvolvimento tem sido o grande responsável, mesmo nos nossos dias, por tantos danos no património, sempre sujeito à precipitada exigência de espaços e da troca fácil do belo pelo prático. E, claro, nessa batalha, ganha sempre o imediatismo. Se é verdade que tem crescido a consciencialização das populações quanto à necessidade de preservação do seu património, na hora do veredicto continuam a ganhar os interesses desenfreados dos mercados.

A grande mudança é de mentalidade, sobretudo de quem faz a gestão da coisa pública no concreto e no terreno. Proteger o nosso património é acima de tudo uma questão de **atitude**, de estarmos atentos, de estarmos despertos para valorizar aquilo que nos legaram as gerações passadas.

Claro que muitas medidas podem e devem ser tomadas, mas mais eficaz do que qualquer uma delas é a nossa atitude enquanto comunidade, na defesa da enorme riqueza arquitetónica que povoa as nossas nove ilhas dos Açores, daí ter tomado a liberdade de trazer a esta tribuna, a esta Assembleia, enquanto casa comum dos açorianos, este pequeno rascunho que mais não é do que um apelo.

Agradeço a benevolência no tempo, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS/PP, de alguns Deputados da bancada do PS e dos Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos e do Ambiente e Mar)*

**Presidente:** Embora esteja aberto o período para inscrições, informo a câmara de que o Sr. Deputado não tem tempo para prestar esclarecimentos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(\*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para acrescentar ou sugerir ao Sr. Deputado que faça chegar as suas recomendações à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, e eventualmente à Associação de Municípios da Ilha de São Miguel e de cada uma das ilhas...

*(Risos do Deputado Artur Lima)*

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** E à Direcção Regional da Cultura!

**A Oradora:** ... porque me parece que são orientações mais de carácter de poder local do que propriamente de poder regional, o que não quer dizer que não devam haver preocupações com a defesa do património construído, mas as questões que levantou ao nível dos licenciamentos de remodelação de habitações, são poderes que estão instituídos ao nível, que eu saiba, do poder autárquico e que autorizam ou não as diversas obras que as pessoas fazem nas suas casas, eventualmente a destruição que poderão estar a fazer de materiais que datam dos Sécs. XVII, XVIII ou XIX ou que têm traças eventualmente classificadas.

Penso que essas são realmente recomendações a dar a quem de direito.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Esqueceu-se da Direcção Regional da Cultura.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Devo felicitá-lo pelo tema que aqui trouxe e se me permite até da maneira como disse e como o escreveu acho que nos chamou a atenção para uma série de problemas que são reais e até teve graça com um tema muito sério.

Eu permitia-me acrescentar nessa perspectiva mais duas ou três coisas que têm a ver com o nosso património, com aquilo que nós herdámos dos nossos pais e dos nossos

avós, a nossa cultura, e que se está perdendo nos Açores. E está-se perdendo nos Açores em pormenores simples e temos que ter muita atenção nessa matéria.

São coisas práticas, simples, do dia-a-dia que põem entraves a actos culturais enraizados que nós temos.

Vou dar meia dúzia de exemplos para ver às vezes até onde o fundamentalismo pode ir.

O azeite nos restaurantes. Agora só pode vir naquela garrafinha, inviolável. Só se pode pôr uma gotinha de cada vez. Tem que vir naquelas garrafinhas todas esterilizadas, porque é um perigo aquele galheteiro ir para a mesa.

Até aqui estava tudo muito certo. Uns burocratas de Bruxelas decidiram isto e cegamente o Governo aplica, este e o da república, ou se calhar outro qualquer. Não é propriamente contra este governo que eu falo. Falo contra a aplicação cega de burocratas de Bruxelas.

A garrafinha do azeite só pode ser daquela maneira. Curiosamente estive a semana passada em Estrasburgo e no Parlamento Europeu é o galheteiro antigo, de alumínio, para despejarmos o azeite à vontade. Simpático, bonito! Para nós, a garrafinha esterilizada!

Se vamos por esse caminho iremos exigir que as casas de banho dos restaurantes sejam para meninos e para meninas e com dois metros de azulejo, e com torneira que não pode ser accionada com a mão, tem que ser accionada com o pé, para não conspurcar a mão.

Isto tudo os nossos governantes exigem, governantes camarários, governantes do poder regional.

Isto são tudo coisas absolutamente ridículas.

A nossa linguiça, agora, já não pode ser feita em tripa. Tem que ser em tubinho de plástico, porque tripa pode trazer alguma doença.

As nossas vaquinhas já têm que ser mortas em condições assépticas no matadouro.

E o nosso pão de casa também não se pode cozer em casa porque dá multa e levamos uma multa por cozer em casa. Tem ser cozido em padaria esterilizada.

Em tudo isto temos que ter algum bom senso.

Sr. Secretário (hoje a nossa conversa é consigo, o dia todo), para que sejamos razoáveis na aplicação destas medidas, nós já não podemos ir ao botequim. Os botequins fecharam. Já não existem. Foram transformados em estabelecimentos de primeira categoria, com mármore nas paredes.

Já não há aquele balcão alto para bebermos o copo.

Estamos destruindo o nosso património, o nosso tecido patrimonial nas suas mais diversas vertentes.

É preciso que essas directivas comunitárias – é um apelo que eu faço, é uma sugestão que eu faço – voltem ao galheteiro, ao matar o porquinho em casa, a encher as tripas, lavar as tripas para o calhau e fazer uma linguiça saborosa.

Temos que voltar a fazer a nossa função em casa, voltar a cozer pão em casa, etc. etc. Dei aqui três ou quatro exemplos e tudo isto para concluir e dizer que temos que ser razoáveis e ter bom senso na aplicação dessas medidas, porque não se pode exigir a um pequeno comerciante que, para ter o subsídio, tem que transformar a sua tasca ou o seu botequim numa instalação asséptica.

Isto é impossível. Estamos a dar cabo da nossa tradição, da nossa cultura.

Vejo que o Deputado Gaspar Lima apreciou esta intervenção.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

Agradecia que o Grupo Parlamentar do PS indicasse o Sr. Deputado para substituir o Sr. Secretário.

*(Neste momento o Deputado António Loura foi substituído pelo Deputado Henrique Ventura no lugar de Secretário da Mesa)*

**Deputado António Loura (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No pretérito mês de Julho, mais precisamente nos dias 13 e 14, o Governo Regional deslocou-se à ilha de Santa Maria para mais uma visita estatutária.

A quinze meses do término de mais um mandato, e no enquadramento desta visita estatutária, penso ser esta a hora certa para se fazer um balanço da actuação do

Governo Regional, quanto ao cumprimento dos compromissos eleitorais pois que, em meu entender o conteúdo dos manifestos eleitorais é composto por compromissos e não por promessas.

Duma análise cuidada daquilo que foram os referidos compromissos eleitorais, verifica-se que o Governo Regional tem cumprido e bem, aquelas que são as suas obrigações para com os marienses, em devido tempo propostas e sufragadas por maioria nas eleições de 2004.

Em todos os sectores da governação existem investimentos feitos, obras a decorrer e outras em fase de arranque, o que nos leva a crer que esta legislatura é, sem dúvida, para Santa Maria, mais um período de tempo importante para o seu desenvolvimento e a certeza, também, de que a ilha está, cada vez mais, a ficar preparada para enfrentar os desafios do futuro, que são exigentes e muito competitivos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como acima referi, o Governo Regional dos Açores visitou Santa Maria, e como sempre acontece nestas alturas, foi com grande expectativa que os marienses acompanharam mais esta visita. Primeiro, para saber se o Governo iria acolher as preocupações e anseios dos marienses em questões que são relevantes para o seu bem-estar e desenvolvimento, depois, para averiguar que decisões tomaria o Governo Regional, no seguimento dos seus compromissos eleitorais.

Por outro lado estas visitas têm um significado muito grande, na medida em que permitem ao Governo Regional tomar conhecimento *in-loco* do andamento dos investimentos que são da sua responsabilidade, para além de poder contactar com todos os agentes responsáveis pelo desenvolvimento da ilha, como é o caso do Conselho de Ilha.

Precisamente quanto à reunião havida entre o Conselho de Ilha e o Governo Regional, saliento algumas das decisões e informações que aí foram transmitidas:

- No âmbito da recuperação do Centro Histórico, o Governo Regional informou que está a preparar legislação que permita à Administração Regional uma intervenção mais eficaz nos Centros Históricos de Vila do Porto, Santa Cruz da Ilha Graciosa e na Vila do Corvo.

- Quanto ao acesso ao Pico Alto, o melhor miradouro da ilha, o Governo comprometeu-se em fazer a recuperação da estrada, mas com carácter provisório, uma vez que a mesma faz parte dum dossier apresentado pelo Governo Regional ao Governo da República, relativo a questões do património do Estado nos Açores.
- Outro assunto relevante para Santa Maria é a resolução da indefinição do Aeroporto, quanto à manutenção do horário de funcionamento e da passagem do património não afecto à actividade aeroportuária para a Região, bem como da privatização da ANA, entidade que gere o Aeroporto. Em resposta às questões levantadas, o Governo Regional afirmou que está acompanhando, através de um grupo de trabalho criado para o efeito, a privatização da ANA, SA e tudo o mais que se relacione com os aeroportos da ANA sediados nos Açores.
- Relativamente ao Campo de Golfe, projecto de grande relevância para o desenvolvimento turístico da ilha, foi, durante a visita, aberto o concurso público para a elaboração do projecto de arquitectura. O acompanhamento do projecto está a cargo da sociedade de capitais públicos “Ilhas de Valor”.

Na reunião do Conselho do Governo, realizado em Vila do Porto, foram tomadas as seguintes deliberações:

- No âmbito da revitalização do conjunto classificado de interesse público da chamada “zona antiga” de Vila do Porto, foi aprovada uma orientação no sentido de atribuir ao Secretário Regional da Presidência a elaboração de propostas para, tendo em conta o regime Jurídico da Urbanização e edificação, bem como outros enquadramento legais, e a eventual elaboração de legislação regional aplicável, assegurar à administração regional autónoma instrumentos mais eficazes de intervenção e coercibilidade, particularmente nos casos de degradação de património relevante nos conjuntos classificados. Foi, igualmente, aprovada uma orientação que atribui à Direcção Regional da Cultura a alteração da legislação de participação pública à recuperação de imóveis situados nos conjuntos classificados de Vila do Corvo, Santa Cruz da Graciosa e Vila do Porto.
- Mandar elaborar um projecto de recuperação do Forte de S. João Batista, no lugar da Praia Formosa e autorizar o lançamento do concurso para o projecto de

construção de um auditório escolar no recinto da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, em Vila do Porto.

- Autorizar a aquisição de uma ambulância de socorro medicalizada e de uma viatura pronto-socorro médico, destinadas a apoiar o serviço de emergência médica realizado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria
- Dar orientações à Administração dos Portos das ilhas de S. Miguel e Santa Maria para lançar o concurso público para a empreitada de construção da 2ª Fase do núcleo de recreio náutico de Vila do Porto, bem como do aumento do terrapleno do cais ferry de passageiros com vista a melhorar a operacionalidade do porto comercial, bem como dar orientações à Administração dos Portos dos Açores com vista a uniformizar e reduzir as taxas e tarifas aplicáveis ao tráfego local na ilha de Santa Maria, São Jorge, Graciosa e Flores.
- Autorizar a abertura do concurso público para a realização da empreitada da 1ª Fase da obra de reabilitação da Orla Costeira da Baía de S. Lourenço e lançar a concurso público a empreitada de construção das novas infra-estruturas marítimo-portuárias no núcleo de pescas de Vila do Porto, após integrar no projecto as sugestões apresentadas pela comunidade piscatória da ilha de Santa Maria.
- Apoiar diversas instituições locais para a prossecução das suas actividades, designadamente:

A Associação de Desenvolvimento Local Mariense – Salvaterra, com uma comparticipação financeira no valor de 15 mil euros destinada a apoiar o funcionamento do Clube Informático de Santa Maria, dependente daquela associação; a Associação de Juventude da Ilha de Santa Maria (AJISM) com uma comparticipação financeira no valor de 30 mil euros destinada a apoiar o funcionamento dos Espaços TIC, uma rede de postos de acesso às tecnologias de informação e comunicação em Vila do Porto e nas freguesias de Almagreira, Santa Bárbara, Santo Espírito e São Pedro; o Centro de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens em Risco de Vila do Porto, para aquisição de uma viatura de nove lugares; bem como prosseguir o processo de cooperação e parceria com a Associação Agrícola de Santa Maria, de forma a melhorar os serviços prestados aos produtores

agrícolas no âmbito do apoio técnico à gestão da empresa agrícola, ao reforço do modelo organizacional adoptado para acesso aos mercados e melhoria da qualidade das produções e do rendimento.

Também no âmbito da visita estatutária realço a deslocação do Governo Regional ao Monte das Flores, local onde a Agência Espacial Europeia está a instalar a estação de monitorização e telemetria de satélites.

Esta estação estará concluída já no próximo mês, e faz parte das doze estações que a ESA tem espalhadas por vários pontos do Globo, e que vão monitorizar o lançamento do foguetão “Arianne 5” no primeiro trimestre de 2008.

Este investimento vem dar grande notoriedade à Ilha, à Região e ao País, porque reforça o valor estratégico dos Açores para além de colocar a Região no caminho das tecnologias espaciais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desta visita estatutária à ilha de Santa Maria ressalta a atenção que o Partido Socialista e o seu Governo Regional dedicam aos compromissos eleitorais que assumiram e a preocupação em assegurar o seu efectivo cumprimento, no respeito aliás, por aqueles que os mandataram para conduzir os destinos da Região.

O Governo Regional está efectivamente empenhado no desenvolvimento dos Açores e neste caso particular, no progresso e desenvolvimento da ilha de Santa Maria, investindo e apoiando projectos de grande valor estratégico, como é o caso da estação de rastreio de satélites da ESA, na construção de hotéis, na construção do Campo de Golfe para apoio ao turismo, ou no desenvolvimento de projectos portuários, como seja o Porto de Recreio Náutico e Núcleo de Pescas, que possibilitam a criação de novas oportunidades de negócios.

Para que esta política de desenvolvimento tenha sucesso, é urgente que as autoridades da ilha e outras entidades, designadamente, as autarquias, sector empresarial e associações locais se associem ao esforço que este Governo tem vindo a efectuar ao longo dos últimos anos, promovendo as iniciativas complementares que se impõem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Concluo, como comecei. Concluo dizendo com toda a convicção que este Governo Regional tem feito bem o seu trabalho de criar as condições de base indispensáveis ao desenvolvimento de Santa Maria.

Desenvolvimento esse que, ao fim e ao cabo, na sua definição e na sua implementação terá necessariamente que passar agora pelo empenho e vontade dos próprios marienses.

Disse.

Obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Está inscrito para o debate o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Tem a palavra.

**(\*) Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Loura trouxe-nos aqui uma visão cor-de-rosa da visita do Governo a Santa Maria e do cumprimento dos compromissos eleitorais do Governo.

Não deixa de ser interessante verificar que, por exemplo, no tocante ao Conselho de Ilha, o Sr. Deputado falou das coisas que o Governo disse, mas não falou daquelas que o Governo não disse.

Temos o exemplo da questão da retenção de areia, que também está no vosso programa eleitoral, que é uma obra importante para Santa Maria, assumida por todos e assumida pela autarquia, porque também está no programa eleitoral da autarquia, e o senhor não disse que o Governo tinha dito que não fazia da retenção de areia.

Em relação, por exemplo, ao cais ferrie, o senhor disse que o Governo ia proceder à remodelação. É verdade! Mas o senhor não disse por que é que o Governo ia proceder à remodelação do cais ferrie.

A verdade é que, apesar de todos os debates que houve nesta Assembleia, dos requerimentos que foram feitos na altura sobre a questão do cais ferrie, o Governo teimou em implementar aquele projecto, prejudicou a operacionalidade do porto de Vila do Porto e agora o que é que temos? Temos um cais ferrie onde não atraca

ferries, uma gare de passageiros no sítio contrário aonde os passageiros desembarcam e vamos gastar (não se sabe bem quanto, mas quero crer que vamos gastar) mais uns milhões de euros para devolver a situação.

É óbvio que se gastamos a remediar asneiras, depois o dinheiro falta para os outros projectos. Esse é que é o problema.

Em relação à sua visão cor-de-rosa de Santa Maria, gostava que me respondesse a duas perguntas muito simples:

Tem havido criação de postos de trabalho em Santa Maria?

Tem havido maior fixação da sua população jovem?

A nossa economia está melhor?

Sr. Deputado António Loura, as políticas avaliam-se pelos resultados. Quando não há resultados é porque as políticas falharam, sejam elas quais forem.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

(\*) **Deputado António Loura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Obrigado, Sr. Deputado Sérgio Ferreira, por fazer referências à minha intervenção.

Relativamente à minha visão cor-de-rosa de Santa Maria, se calhar não será bem assim, porque nem tudo está bem em Santa Maria. Nem tudo está feito. Há alguns problemas, mas num plenário em que só se diz que o Governo não faz nada, que não está bem, é preciso dar algum ânimo a que as coisas tomem caminhos diferentes para que se consiga olhar para as coisas com olhos de ver e com outro ângulo.

Nem tudo está bem. Mas há muita coisa feita por este governo, há coisas que estão sendo feitas por este Governo e seguramente que também erros.

Falava no caso do cais ferries. É verdade. Se calhar até o próprio comprimento do próprio projecto inicial não foi feito. Inseriu-se a segunda fase em que é agora construída a marina. Houve necessidade de fazer alguns ajustamentos a todo aquele

conjunto de complexos da marina, do núcleo de recreio náutico, do cais ferrie e do porto comercial.

Houve erros. Há que corrigi-los e andarmos para a frente.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E pagá-los!

**O Orador:** Criação de emprego em Santa Maria.

Eu penso que nesses últimos meses e anos tem-se falado muito nas ilhas pequenas e a sua dificuldade de cativar jovens na sua terra.

A experiência de vida diz-me que nas ilhas pequenas (não estou a falar destes assuntos relativamente a São Miguel e à Terceira) há momentos em que não se ouve falar nisto. No caso de Santa Maria, quando foi a construção do aeroporto, a sua continuidade como aeroporto civil, havia lá empresas, havia lá muitos interesses económicos que faziam surgir empregos. Os nossos pais ficaram porque tiveram condições de vida.

Na Ilha das Flores, quando foi o tempo dos franceses, muita gente jovem ficou na ilha.

Eu penso que, enquanto nos Açores, independentemente daquilo que fizer o Governo em termos de investimentos, se não houver interesses económicos, suportes vindos de fora que dinamizem o comércio, vai ser sempre muito difícil.

Não podemos perder a esperança e ir encontrando caminhos para fixar alguns jovens com a criação de emprego, mas vai ser um trabalho muito difícil, quer seja para este Governo ou para outro Governo que cá esteja, inverter a saída dos jovens das ilhas mais pequenas, ainda para mais porque lhe damos uma educação maior e com uma educação maior os interesses, a visão e a motivação desses jovens é outra e não aquela que seria diferente se não tivesse essa informação.

A economia está melhor, não está?

Não temos sector empresarial forte, não temos gente com dinheiro, não temos possibilidade de criar novas empresas.

Muito obrigado.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** A Sociedade Ilhas de Valor está lá sedeada!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(\*) **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Loura:

Eu – o senhor conhece-me – não sou adepto da teoria das “nuvens negras”, mas também acho que não é bom atirar poeira para o ar para iludir a realidade. Tem que haver um meio termo entre isto.

Temos que analisar as questões de forma objectiva e de forma séria que foi o que o senhor fez agora nessa sua última intervenção.

Há uma questão que eu deixei de fora há pouco mas que gostava de pegar, que é uma questão que na altura da visita do Governo a Santa Maria chocou um pouco os marienses, que é a questão do aeroporto.

O Governo Regional anunciou há um ano e meio, aquando do NOTAM que fechava o aeroporto, que a situação estava resolvida, que estavam em negociações.

A verdade é que um ano e meio depois a única coisa que se conseguiu foram prorrogações do NOTAM. Depois, o Sr. Presidente do Governo Regional, no final da visita, diz que os marienses devem esquecer o aeroporto e olhar para a frente. Em tese, em teoria, eu estou 100% de acordo com o Sr. Presidente do Governo Regional.

Mas há uma questão!

Onde é que estão as alternativas ao aeroporto?

A questão é só essa. Se houvesse uma alternativa ao aeroporto, obviamente que se podia esquecer a questão, mas os marienses não esquecem, porque vêem que se aquele aeroporto perder a sua dimensão internacional há uma série de postos de trabalho que, pura e simplesmente, são instintos e não são substituídos por outros. Esse é que é o nosso problema, quer o Sr. Presidente do Governo Regional queira, quer não.

Relativamente à economia, o senhor disse que ela não cresce porque o nosso tecido empresarial é muito fraco. É verdade! Mas é mais uma prova de que, por exemplo, a política das Ilhas de Coesão falhou completamente...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... pelo menos até agora.

Disse. Muito obrigado.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**Deputado António Ventura (PSD):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo:

O uso dos Pesticidas na Agricultura assume uma específica vantagem produtiva mesmo para os vários métodos contemporâneos de Agricultura.

Desde os anos quarenta que agriculturar tornou-se mais fácil e os Agricultores conseguem assegurar de forma mais regular e durável o fornecimento de bens alimentares às populações.

Os pesticidas em Agricultura permitem reduzir as necessidades de mão-de-obra, contribuem para reduzir a erosão do solo, o que se traduz num benefício ambiental.

Porém, e apesar das vantagens agrícolas, alimentares, ambientais e económicas, a utilização dos pesticidas podem acarretar inconvenientes maléficos para as várias comunidades e ecossistemas.

Em especial, os pesticidas podem constituir um grande risco para a saúde pública e para o meio ambiente.

A contaminação do Homem tem sido inevitável e ocorre por algumas fontes de alimentação como a carne, os ovos, o leite e seus derivados, produtos hortícolas e frutícolas.

Uma progressiva acumulação, por exemplo, de fitofarmacêuticos no Homem tem implicado um conseqüente aumento da incidência de doenças detectáveis a curto, médio ou longo prazo.

Doenças como as cardiovasculares, as relacionadas com a infertilidade, as digestivas, as sanguíneas ou as cancerígenas.

Hoje em dia, existem cerca de meia centena de pesticidas com efeitos cancerígenos, acentuando-se as suas lesões consoante a sensibilidade do grupo populacional, como crianças ou idosos.

Para mais, as últimas investigações científicas revelaram que os pesticidas, mesmo respeitando-se os limiares máximos impostos quanto à sua presença, perturbam o funcionamento do sistema endócrino dos seres vivos, aliás, estão a dar-se fenómenos preocupantes de bioacumulação de algumas substâncias em vários organismos da cadeia trófica.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, os pesticidas estão a provocar mundialmente doenças a 3 milhões de pessoas e a morte a 220.000 pessoas. Dados obviamente inquietantes para todos nós.

Para o ambiente, os danos dos pesticidas revelam-se numa diminuição da biodiversidade e numa gradual contaminação do solo, da água e do ar.

Evidentemente que os riscos inerentes aos pesticidas minimizam-se pela existência de boas e correctas práticas ao longo de toda a linha, designadamente por boas práticas de manipulação destes químicos, pelo cumprimento das condições de segurança no armazenamento, na dosagem, na aplicação, no cumprimento dos intervalos de segurança para colheita, assim como, na existência de políticas que entre outros aspectos compreendam a formação e o aconselhamento, o estudo e a investigação.

Actualmente a União Europeia representa um quarto do mercado mundial dos produtos fitofarmacêuticos com cerca de 320.000 ton/ano de substâncias activas vendidas.

Nota-se um decréscimo pronunciado do uso de pesticidas nalguns Estados Membros, pertencendo Portugal ao grupo dos Países onde aumenta a venda destes químicos.

Um desequilíbrio que reflecte as tendências das políticas adoptadas pelos Estados Membros no que se refere à consciencialização e à promoção de Agriculturas que possibilitem uma redução substancial da dependência dos pesticidas.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão, hoje, prende-se com a imprescindibilidade de saber o que por cá o Governo Regional faz nesta matéria, ou melhor, o que por cá não faz e devia fazer de forma mais atenta e acérrima, na óptica do Agricultor e do Consumidor.

Desde logo, interessa perceber se o Governo tem tido iniciativas próprias nesta matéria ou, simplesmente, se limita a transpor e a cumprir as exigências e as limitações emanadas de Bruxelas.

Ora, comecemos por verificar que a formação e a sensibilização aos Agricultores é praticamente inexistente nos Açores, não conhecemos cursos, seminários, palestras ou outros eventos que transmitam saberes de modo consistente, permanente,

duradouro e actualizado na medida da importância desta matéria para a segurança dos Agricultores, dos Consumidores e do Meio Ambiente.

Mais uma vez a extensão rural como meio fundamental na transmissão de conhecimentos de proximidade não existe e o Governo teima em não implementar um sistema de vulgarização Técnica que em parceria com as Organizações de Produtores possa cobrir os vários subsectores da Agricultura.

Até mesmo para esta temática dos fitofarmacêuticos a informação para os Agricultores é insuficiente, principalmente no aconselhamento Técnico no uso da luta química. Nada está a ser realizada de maneira sistemática e em tempo útil.

Ausências que provocam um acréscimo nos custos de produção e uma deficiente gestão destes produtos.

Igualmente desconhecemos na Região dados sobre o controlo fitossanitário ao nível dos mercados o que permitia assegurar a desejada segurança alimentar pelo ganho de confiança dos consumidores.

Identicamente desconhecemos um pujante impulso ou fomento ao estudo e à investigação Regional nesta área, não só de carácter epidemiológico mas também de carácter económico, nomeadamente sobre a utilização de pesticidas e, em particular, dos produtos fitofarmacêuticos na razão dos benefícios e custos e suas alternativas viáveis.

Mas, a gravidade atinge o topo quando nos apercebemos que não existe na Região qualquer meio de recolha, tratamento e comunicação de informações estatísticas do uso e comercialização dos pesticidas nos Açores.

Sem esta ferramenta de suporte ao conhecimento não é possível estabelecerem-se metas e objectivos, ou seja, não se consegue actuar, porque, simplesmente, não se mede.

Felizmente e por orientação da Comissão Europeia, Portugal através do Decreto-Lei 173/2005, de 21 de Outubro, adapta à jurisdição nacional e regional os procedimentos e normas quanto à utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos, particularmente ao nível da distribuição, comercialização e aplicação.

Felizmente que a Comissão Europeia tem deliberado novos limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal.

Infelizmente estas atitudes comunitárias são uma pequena parte do todo que é necessário fazer.

Na Região, além das lacunas já apontadas é urgente olhar para esta questão de forma muito completa e direccionada, especialmente para algumas Agriculturas emergentes. É, por exemplo, preciso incentivar um maior número de práticas agrícolas livres de pesticidas, é preciso motivar um conjunto de Agriculturas cujos métodos incluem alternativas não químicas, é preciso orientar o uso de pesticidas com menor toxicidade, dado que existem Agriculturas onde a sua presença ainda é insubstituível, é preciso implementar uma consistente política de protecção das culturas e é preciso instalar um sistema transparente de acompanhamento para relatar e monitorizar o que vai ocorrendo.

Mas, este assunto dos pesticidas ao merecer uma melhor atenção regional deve também resultar no desenvolvimento de acções devidamente combinadas e funcionalmente íntegras, o que passa pela articulação das áreas agrícolas da produção, conservação e protecção impedindo, assim, quebras nos rendimentos dos Agricultores.

Uma situação que só é possível se falarmos igualmente numa política promocional de consumo ambientalmente sustentável permitindo ao consumidor final reconhecer a excelência dos produtos da Agricultura e os benefícios desta qualidade intrínseca para a saúde humana.

Neste exacto sentido, faz falta na Região um programa de divulgação pública que espelhe as vantagens do cruzamento entre a saúde, a Agricultura e o Ambiente.

Certamente que esta disposição em associação com a singularidade geográfica dos Açores pode comportar uma publicitação de vantagem comparativa nos mercados.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, neste momento, limita-se a cumprir as directivas comunitárias que Bruxelas vai produzindo, que diga-se em abono da verdade em grande número,

até porque a quantidade é justificada por Bruxelas devido à ausência de iniciativas próprias para esta temática dos pesticidas de Regiões e Países, face às diversas implicações nocivas sobre comunidades e ecossistemas.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Que confusão vai nessa cabeça!

Isso tem a ver com competência. Há princípios que gerem essas coisas!

**O Orador:** Mas não é só na área da legislação. Qual competência? Há outras situações que podem ser feitas além da legislação e há outros princípios que não estão a ser cumpridos, mas já falamos.

Por tudo isso, torna-se inadiável agir de forma distinta nos Açores com iniciativa e estratégia muito próprias que impliquem uma melhor e maior actuação a favor de uma utilização racional e sustentável dos pesticidas no Arquipélago. Os Agricultores e os Consumidores agradecem; no fundo todos nós agradecemos.

Disse.

**Deputados António Marinho e Jorge Macedo** (*PSD*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão inscritos para debate o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, a Sra. Secretário Regional do Ambiente e do Mar e o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sra. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao ouvir a intervenção do Sr. Deputado António Ventura fico realmente perplexo pelas contradições que a mesma apresenta. Numa primeira fase a enaltecer os méritos dos recursos aos pesticidas e aos produtos fitofármacos; numa segunda fase a condenar o uso desses produtos, para finalmente revelar a sua faceta de desconhecer a realidade regional.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Essa era desnecessária!

**Deputado António Ventura** (*PSD*): É chapa zero!

**O Orador:** Ouça Sr. Deputado. Não se enerve. Foi o Sr. Deputado António Ventura que o afirmou.

Afirmou desconhecer a existência de cursos de formação com módulos sobre as questões de controlo de resíduos de pesticidas...

**Deputado António Ventura (PSD):** De forma sistemática ao sistema!

**O Orador:**... disse desconhecer qualquer divulgação sobre esta matéria; os programas de divulgação pública também ele não os conhece, porque também não vê eventualmente a RTP/Açores; desconhece as diligências e as acções de vulgarização, desconhece a informação que se faz aos produtores; desconhece também os dados de controlo que são publicados e diz que não se faz publicação desses mesmos dados. Ou seja, a terceira parte da intervenção do Sr. Deputado António Ventura é reveladora do desconhecimento sobre todas essas questões.

Mas para seu esclarecimento, Sr. Deputado, eu poderei dizer o seguinte:

A rastreabilidade dos produtos alimentares na Região, faz-se de acordo e em cumprimento com toda a legislação comunitária e nacional existente nessa matéria.

O programa de controlo de resíduos de pesticidas em produtos de origem vegetal acontece, e entra logo em funcionamento, logo após ser autorizada a colocação no mercado de qualquer produto fitofármaco e essas acções são desenvolvidas pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário, através da sensibilização para o uso racional destes fitofármacos, para o aconselhamento directo aos produtores e também se mantém nos serviços um sistema de alerta e de avisos para a sua aplicação.

Os serviços desenvolvem e executam controlos para verificar a conformidade do uso dos produtos com as condições de autorização de comercialização desses produtos, para verificar a conformidade dos resíduos nos produtos, nomeadamente no que diz respeito aos limites máximos estabelecidos legalmente, e esta garantia é feita em nome da saúde pública e da saúde do consumidor.

Os resultados destes controlos são publicados anualmente pela Direcção Regional de Protecção das Culturas, com capítulo próprio no que diz respeito aos Açores.

O programa de controlo regional, nomeadamente em frutas e legumes, fez a selecção do tipo de produtos e do tipo de fitofármaco aplicável...

**Presidente:** Sr. Secretário, agradecia que terminasse.

**O Orador:** Termino já, Sra. Presidente.

... desde logo, seleccionando aqueles que são de maior consumo, aqueles que são de maior aplicação, os produtos que são frescos e perecíveis, os sujeitos a tratamento fitofármaco de forma mais intensiva e aqueles que têm ou manifestam ter maior retenção ou maior prazo de segurança no caso da aplicação dos produtos.

A participação da Região na rede regional de controlo de resíduos é totalmente eficaz. Aplicamos os princípios, as normas procedimentais na selecção das amostras para controlo, na recolha das amostras, nas análises efectuadas e posso garantir que dos resultados de todas essas diligências feitas 96,7% das amostras recolhidas estão em conformidade com a legislação em vigor.

Os restantes casos são todos notificados na Inspecção das Actividades Económicas para o devido processamento.

Posso também explicar que de acordo com o relatório de estimativas de risco agudo, as inspecções em causa que porventura detectaram situações anómalas, ou seja, aquelas que estão para além dos 96,7% que demonstram não ter qualquer prejuízo para a saúde pública, todas as outras situações detectadas não representam qualquer risco para o consumidor.

Muito obrigado.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Muito bem!

*(O Deputado Cláudio Lopes foi substituído pelo Deputado Luís Henrique Silva no lugar de Secretário da Mesa)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente.

**(\*) Secretária Regional do Ambiente (Ana Paula Marques):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para informar esta câmara que o despacho conjunto encontra-se neste momento feito para que a empresa Valorfito passe a operar na Região e está para assinatura de um dos Membros do Governo que o tem que assinar.

Portanto, não estamos tão atrasados quanto o Sr. Deputado quis aqui afirmar, porque esta sociedade que trata os resíduos agrícolas foi constituída também ela no Continente há muito pouco tempo.

A Secretaria do Ambiente entrou logo em contacto com esta sociedade.

A dificuldade que encontrámos no primeiro momento foi encontrar um parceiro na Região para que pudesse também actuar à semelhança das outras sociedades e neste momento tem havido contactos de um grupo de trabalho que foi criado, constituído por elementos das Associações Agrícolas, da Secretaria do Ambiente e da Secretaria da Agricultura e Florestas e dessas reuniões, penso que neste momento o que está a acontecer é que a Valorfito está a ter esses contactos com as Associações Agrícolas e a muito breve trecho os fitofarmacêuticos serão reencaminhados para destino adequado no Continente, à semelhança do que acontece com outras tipologias de resíduos.

Portanto, quanto a esta matéria estamos a tempo. O despacho conjunto está neste momento para publicação, falta apenas uma assinatura. Eu penso que ele está a viajar entre a cidade da Horta e cidade de Ponta Delgada, para a Secretaria da Economia.

Já foi assinado por mim a semana passada.

Penso que toda esta situação será devidamente equacionada. Depois do despacho publicado a Valorfito passará a fazer aquilo que lhe compete em termos nacionais.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(\*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A problemática aqui trazida sobre a produção de alimentos é uma problemática importantíssima para a Região Autónoma dos Açores.

Nós estamos no mercado de produção de alimentos e somos nesse mercado exportadores.

Aliás, este partido recuperou a produção de alimentos nos Açores e recuperou-a no sentido da produção de alimentos seguros, puros, com uma cadeia produtiva renovada, com investimentos na formação e na rastreabilidade de todos esses produtos.

O mercado dos alimentos é, hoje, um mercado mundial emergente, em rotura permanente e que determina um forte potencial de desenvolvimento para a Região Autónoma dos Açores.

A população mundial neste momento está a crescer 1 bilião em cada 12 anos. Desloca-se para as cidades.

Mais de 50% da população do mundo não tem alimentos.

Os próximos anos configuram um desafio brutal e uma produtividade muito específica de regiões como a nossa, exportadoras na cadeia alimentar.

Toda a lógica que Bruxelas desenhou ao longo destes anos, de certa forma, faliu.

Os mercados mundiais carecem de abastecimento, reformulam-se novas estratégias e muitas das especificações que constituíam autênticas barreiras técnicas aos excedentes de produção, muito mais por vezes do que preocupações de segurança alimentar, são hoje, em muitos casos, postas em causa.

É por isso que esta visão um pouco à lupa de certas questões que aqui são levantadas de regulamentos técnicos comunitários, têm que ganhar outra estratégia e outros horizontes.

Nós temos que nos virar para aquilo que são a satisfação dos mercados, a satisfação das necessidades mundiais de alimentos, porque como foi provado e como está provado no momento presente, tudo isso tem a ver connosco.

Basta ver o aumento na produção de cereais, já na nossa Região, o aumento das matérias-primas como leite, o forte consumo nos últimos anos nos países asiáticos onde se concentram 38% da população (triplicou o consumo em apenas 5 anos).

Estas são, de facto, as preocupações que nós temos que trazer do ponto de vista alimentar a esta casa.

No que toca às questões de preocupação de rastreabilidade, elas estão asseguradas e Bruxelas tem feito muito mais, provavelmente, do que aquilo que devia fazer nesse âmbito e nós temos cumprido escrupulosamente com todas essas orientações.

Está na hora de, em vez de olharmos para a barriga, olharmos para cima, olharmos para o mundo, irmos atrás dessas oportunidades.

Muito obrigado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**(\*) Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, pegando nas últimas palavras do Deputado Luís Paulo Alves, é isto mesmo: olhar para o mundo, para as circunstâncias, para os mercados, para os nichos de consumidores para vermos onde é que nós podemos afirmar a nossa diferença.

Se efectivamente o Governo se contenta com aquilo que Bruxelas produz, que é igual para todos os Estados-Membros, então nós não temos diferença nenhuma, nós não nos conseguimos afirmar nos mercados.

Portanto, se nós nos queremos afirmar de forma diferente, distintamente diferente, nos mercados, então só há uma forma de o fazer, é construir essa diferença, juntando aqui alguns atributos.

Essa diferença também se consegue dando confiança aos consumidores e essa confiança só se dá se efectivamente nós conseguirmos publicitar uma agricultura que é mais sustentável e mais liberta dos químicos.

Atenção! É esta a forma de potencializar a nossa produção, de vender aquilo que nós produzimos, que não é a mais correcta. Para nós sermos específicos não podemos ser iguais aos outros, de maneira alguma.

Portanto, aquilo que Bruxelas produz não é suficiente nesta óptica de estratégia produtiva e de comercialização.

Sr. Secretário:

Irresponsavelmente o senhor está a transmitir uma mensagem que não corresponde à verdade. Pontualmente existe um curso aqui, outro ali. De forma sistemática e consistente não conheço. Aliás, recordo as suas palavras aquando do debate da proposta de resolução sobre a formação. O senhor falou em todas as áreas temáticas e em todos os cursos, excepto num, na questão dos pesticidas.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Não!

**O Orador:** Está a dizer que não. Quer que eu leia? Então não diga que não.

Isso significa uma ausência, uma desatenção pelo assunto.

Portanto, de formação estamos falados.

A questão que lhe quero colocar é muito simples:

Diga-me neste momento nos Açores qual é a quantidade de pesticidas que são comercializados?

Qual é a qualidade destes pesticidas?

Diga-me? Eu faço uma pequena pausa.

Quantos quilos? Quantos litros?

Se o senhor desconhece esse dado estatístico, então cai tudo por terra.

É fundamental conhecer esse dados estatístico, qual a quantidade daquilo que nós utilizamos.

Sem saber qual é a quantidade daquilo que utilizamos, nós não podemos actuar.

Não se pode actuar sobre aquilo que não se mede. Não se pode fazer nada sobre aquilo que se desconhece.

Portanto, cai por base qualquer forma sustentável, qualquer plano, qualquer estratégia. O senhor não conhece aquilo que nós utilizamos em quantidade.

E as análises?

Em quantas ilhas foram feitas análises?

Há quantos anos foram feitas as análises?

Qual é o número das análises que foram feitas?

Que segurança é dada ao consumidor nesse aspecto?

Isso são questões simples que o senhor tem que responder.

Respondendo a essas questões eu fico satisfeito. Aliás, o PRORURAL quando fala na utilização dos fertilizantes e pesticidas fala só...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

**O Orador:** ... em fertilizantes, não fala em pesticidas. Efectivamente não pode falar sobre pesticidas porque não conhece o que é que se faz aqui na Região. É tão simples quanto isto.

Há um conjunto de associações a reclamar uma actuação distinta nesse aspecto.

Portanto, sejamos objectivos e sérios nessa questão.

Há muito a fazer. Aquilo que está a ser feito não é o suficiente para a afirmação que nós queremos, para a independência que nós queremos criar em relação aos químicos e para a promoção que nós queremos fazer.

Portanto, o que está única e exclusivamente a ser feito é aquilo que Bruxelas manda, por vezes muito tarde.

A Região, nesse aspecto, é um deserto, quer queiramos, quer não. Podem inventar mil e uma situação. É um autêntico deserto.

Os próprios produtores agrícolas queixam-se do atraso em que recebem a formação e por vezes nem recebem relativamente à luta química. A luta química está abandonada. Portanto, cada um faz um pouco do modo como parece, quando cada vez mais existem complicações de conhecimento, de interpretação daquilo que são os rótulos dos produtos a utilizar.

Portanto, há muito a fazer nessa área, essencialmente numa área onde é preciso criar uma utilização sustentável da agricultura.

Muito obrigado.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sra. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Região faz, em matéria de rastreabilidade de produtos alimentares, mais, mas muito mais do que aquilo que é exigido pela legislação comunitária e nacional.

Veja só, por exemplo, o que nós fazemos no plano de vigilância de controlo da BSE.

**Deputado António Ventura (PSD):** Não estamos a falar de BSE. Estamos a falar de pesticidas!

**O Orador:** O senhor falou na sua intervenção na carne, mas deixe-me falar.

**Deputado António Ventura (PSD):** Mas fale de pesticidas!

**O Orador:** Desde Outubro de 2006 a Agosto de 2007 só amostras a cérebros de bovinos com mais de 24 meses foram colhidas 23.558 amostras.

**Deputado António Ventura (PSD):** Estamos a falar de vegetais!

**O Orador:** O Sr. Deputado vem agora falar por forma a lançar, no consumidor em geral e no produtor em particular, um pouco a ideia de que isto tudo está mal e que há aqui problemas de saúde pública graves, agitando de uma forma desnecessária...

**Deputado António Ventura (PSD):** Eu não disse isso. Não dramatize!

**O Orador:** ... e completamente irresponsável os mercados, em prejuízo dos produtores.

Posso garantir-lhe que para além dos controlos feitos em bovinos, os controlos aos alimentos compostos dos bovinos,...

**Deputado António Ventura (PSD):** Outra vez?! Ainda não chegou aos vegetais!

**O Orador:** ... aos entrepostos comerciais, às explorações, na área agrícola e em particular na área que diz respeito à produção de frutas e legumes, nós temos, desde 99 até 2004, e só para sua informação, na Ilha de São Miguel, mais de duas dezenas de recolhas de amostras nos locais de comercialização para exame.

Relativamente a várias culturas, vários produtos, nas Ilhas do Pico, da Terceira, de São Jorge, da Graciosa, do Faial, em todas as ilhas dos Açores.

Todos os dados são recolhidos, em todas as ilhas dos Açores, de acordo com um programa previamente estabelecido, relativamente a vários produtos e relativamente a vários produtos fitofármacos aplicados.

Das Associações de Produtores, também lhe quero dizer que nunca chegou à Secretaria Regional qualquer pedido, qualquer recomendação ou qualquer solicitação, fosse de qual fosse, no sentido de aprofundarmos qualquer acção nessa matéria.

Ainda no que diz respeito à formação, à divulgação, à vulgarização, à existência de divulgação pública, nomeadamente pela televisão com programas públicos, ao manual das boas práticas agrícolas. O Sr. Deputado tem acesso a todos esses documentos, porque eles são públicos.

Em relação aos resultados das amostras recolhidas para análises, o Sr. Deputado também tem conhecimento, e pode ter conhecimento dos resultados, porque eles são publicados anualmente.

**Deputado António Ventura (PSD):** Então diga-me quantas. Diga-me as ilhas todas!

**O Orador:** Já disse todas.

Obrigado.

**Deputado António Ventura (PSD):** Grande mentira!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sua forma de responder, derivando para o lado dos bovinos, não tem nada a ver com a questão dos vegetais. Estamos a falar do controlo dos vegetais.

Um dia vou trazer a questão dos bovinos, mas não é hoje. Vamos tratar assunto por assunto, porque é importante tratar.

Eu julgava que era melhor para vós responder humildemente que este é em deserto. Não é um deserto total, mas é um deserto em termos de implementação de uma estratégia própria. Há muito para fazer.

O senhor acabou de dizer que os controlos são feitos a todas as ilhas, o que não corresponde à verdade. De maneira alguma corresponde à verdade.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** É verdade sim senhor!

**O Orador:** Atenção! Há muito para fazer!

Se não acredita em mim então leia uma notícia da Gequesta deste ano.

Acho que já várias vezes entrou em contacto com a Secretaria para esse problema, em que diz que é preciso criar um serviço regional de controlo dos níveis regionais dos pesticidas nos frutos e legumes que não existe.

Esta não é uma preocupação só minha, já que falou nas organizações de produtores, nas organizações ambientalistas. Esta é uma preocupação também da sociedade organizada, não é só minha.

Responder aqui como respondeu, dizendo que tudo está bem, que até se faz mais análises, o que não é verdade também, não corresponde à verdade, é uma forma irresponsável.

Nós não queremos criar alarmismos, mas o senhor cria-os porque não admite humildemente aquilo que não está a fazer e isso trata-se de estratégia. Não está a ser implementado um programa próprio de estratégia nesta área.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** É falso!

**O Orador:** Qual é a investigação que tem sido feita relativamente a isto?

Que ajudas têm sido dadas à investigação sobre a utilização dos pesticidas na Região, atendendo à constituição dos nossos solos, atendendo ao nosso clima?

Que investigação tem sido feita na área?

Nenhuma!

Zero!

Mas como é uma actuação que não é visível, então vamos canalizar dinheiro para aquelas actuações que são mais visíveis que são as obras.

Mas é esta também fundamental. Em termos de alimentação, em termos de segurança pública, esta é uma estratégia fundamental que há que despender verbas para ela, em termos de estratégia produtiva e comercial para os produtos dos Açores.

Se nós não atendermos a isto de um modo muito próprio, de modo distintamente diferente daquilo que os outros fazem, à partida, é retirar deste somatório de vantagens uma vantagem fundamental que é a independência dos químicos na agricultura.

Muito obrigado.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Muito bem!

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** O senhor não sabe o que é que fazemos!

**Presidente:** Parece que o debate terminou.

Vamos fazer o nosso intervalo. Recomeçamos às 18 horas.

*Eram 17 horas e 30 minutos.*

*Após o intervalo o Sr. Presidente retomou o seu lugar na Mesa.*

**Presidente:** Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Vamos prosseguir os nossos trabalhos com a **continuação das perguntas ao Governo Regional com resposta oral, nos termos do artigo 180º do Regimento da ALRAA, formuladas pela Representação Parlamentar do CDS/PP.**

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

Ontem quando terminou o nosso tempo a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz tinha feito uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Economia.

Tem a palavra para responder.

(\*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Antes de passar à resposta a esta pergunta, eu queria dar uma informação à Assembleia de dados que não tinha ontem.

Eu tinha falado nas taxas de ocupação do Pico e de Santa Maria. Faltava-me das outras gateways.

Devo dizer que em todas as ligações, a SATA (estou a falar de Setembro de 2006 a Agosto de 2007) ofereceu 601.926 lugares, tendo tido 425.265 passageiros, com uma taxa de ocupação global de 70,6%.

Na rota Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa, a taxa de ocupação foi de 73,7%. Na Ponta Delgada/Funchal 59,7%; no Porto 75%; Lisboa/Horta/Lisboa, porque também faz duas ligações, 55,3%; na Lisboa/Terceira/Lisboa, 62,7%. Estes são os dados da SATA.

No que diz respeito à TAP os dados que eu obtive e que têm a validade que têm, mas são os dados de Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, a TAP diz que teve na Lisboa/Ponta Delgada 68%; Lisboa/Horta/Lisboa 69%; Lisboa/Terceira/Lisboa 70% e Lisboa/Pico/Lisboa 51%.

Passemos à resposta à pergunta que considero extremamente importante, que é saber ou não se estamos já numa situação de poder abrir o mercado e deixar de haver obrigações de serviço público e haver pelo menos alguma gateway que seja totalmente liberalizada.

Eu gostaria de chamar a atenção para um trabalho que nós, na nossa secretaria, estamos a fazer, sobre as obrigações de serviço público na Europa.

Na União Europeia existem 227 rotas sujeitas as obrigações do serviço público, das quais 189 estão definidas para os percursos entre o Continente e as ilhas e entre as ilhas. Portanto, quase todas elas são, de facto, ligadas com as ilhas.

Da análise que fizemos ressalta o seguinte (é importante perceber isto):

A tendência crescente, nos últimos anos, dos países recorrerem às imposições do serviço público como instrumento para garantir a prestação de um serviço de transporte aéreo que assegure o cumprimento de índices de continuidade, regularidade, capacidade e fixação de preços, que de outra forma e por sua iniciativa as transportadoras aéreas não respeitariam se atendessem meramente aos seus interesses económicos.

Importa igualmente referir que, na generalidade, os modelos de imposição de obrigações do serviço público em vigor no espaço europeu se caracterizam pela atribuição de compensações financeiras às transportadoras em detrimento do subsídio ao preço do bilhete.

Só para vos dar aqui uma pequena visão da questão (a evolução também ocorreu nos últimos anos):

Em Espanha, em 98, havia 13 rotas sujeitas a obrigações do serviço público. Em 2007 existem 16.

Em França havia 19, em 98. Hoje, existem 29.

Na Grécia havia 21, em 2001. Em 2007 existem 52.

Na Inglaterra havia 10. Hoje, existem 23.

Na Irlanda existiam 4, em 98. Hoje, existem 10.

Na Itália havia 6, em 2001. Hoje existem 28.

Em Portugal existiam 9, em 98. Hoje, existem 26.

**Presidente:** Agradecia que sintetizasse, Sr. Secretário.

**O Orador:** Mas eu tenho 5 minutos.

**Presidente:** Eu percebo. Foi pedido um esclarecimento. Há esta dificuldade.

**O Orador:** Eu penso que para resposta tenho 5 minutos.

**Presidente:** Sim, tem 5 minutos.

**O Orador:** Tem havido também evolução deste mercado no que diz respeito às rotas que estão abertas e que estão restritas e tem-se verificado um aumento, ao contrário do que se possa imaginar, das restrições em algumas rotas. Tem havido más experiências na abertura do mercado.

Vamos passar aos Açores:

A rota Ponta Delgada, certamente é a rota que mais próxima está de liberalização.

Nós temos, em Ponta Delgada, 17 ligações por semana no Inverno, mas se compararmos, por exemplo, à Madeira, eles têm 13 ligações por dia na época baixa. Ou seja, se nós tivermos 6 operadores a funcionar com duas ligações diárias, nós podemos cumprir as obrigações do serviço do público e existe, de facto, concorrência.

Em São Miguel, em Ponta Delgada, nós temos apenas 17. Qualquer transportadora aérea gostaria de ter duas ligações no mesmo dia, uma de manhã e outra à noite. Se multiplicarmos 2 por 7 dá 14 ligações. Temos 17. Não dá para ter 3 ou 4 companhias aéreas.

Portanto, a dificuldade existirá sempre enquanto não tivermos quantidade suficiente. Nós temos uma situação regulada e o que vimos claramente ontem foi, é preciso 75% de taxa de ocupação, é uma restrição; é preciso que o voo se faça à sexta-feira, é outra restrição.

Em determinadas rotas é claramente necessário ainda fazer restrições. Em outras rotas é possível diminuir essas restrições.

No nosso entender, Ponta Delgada que é a rota que tem maior volume de tráfego está longe ainda de ter condições para poder ser liberalizada.

Para além disso, é uma rota extremamente condicionada. É a rota que dá ligação ao exterior de muitas ilhas, porque tem mais frequência. É mais fácil apanhar aquela ligação naquela ilha do que noutra ilha qualquer. Para além disso serve de saída da maior parte da carga. Portanto, há muitas restrições naquela rota.

Não é fácil, neste momento em que o tráfego é ainda diminuto, mesmo olhando para o Verão existem 5 ou 6 ligações por dia, fazer-se esta liberalização tendo em atenção o conjunto de restrições que são impostas naquela rota devido a ser uma das principais saídas para o exterior da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Agradecia que indicasse a pergunta.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** É o contrato de serviço público regular do transporte aéreo de e para os Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Está a decorrer o próximo concurso público para a exploração das rotas de serviço público entre os Açores e o Continente.

O Sr. Secretário há uns meses atrás nesta casa, e até em debate que tivemos aqui em que nós, CDS/PP, também reivindicávamos isso, anunciou e confirmou que iriam estar disponíveis, à semelhança do que acontece já com a Madeira, as tarifas diferenciadas, não só a Classe Y e C, mas outras tarifas.

Eu queria perguntar ao Sr. Secretário se isto vai ser efectivamente contemplado no próximo contrato de Serviço Público e se vai haver o cuidado de que estes lugares não sejam apenas residuais (existir num avião apenas 2 lugares em Classe T, é preciso ter alguma ponderação nisso), se vamos pôr algumas exigências nesse sentido ou se vamos deixar completamente a companhia aérea gerir essa ocupação do avião, ou se no serviço público também há alguma obrigação, senão não vale a pena pôr lá as tarifas.

Aproveito também para lhe perguntar quais são as novidades que o Governo pretende introduzir neste novo contrato e se está previsto também a partilha do *code-share* entre a TAP e a SATA no novo contrato?

Em suma, quais as novidades que vão ser introduzidas, as tarifas e o *code-share* entre a TAP e a SATA.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria apenas de explicar o que nós pensamos propor ao Governo da República neste novo modelo de transporte aéreo que, embora já tenhamos tido diversas conversações, há sempre pequenos pormenores, há sempre pequenos detalhes a acertar.

Para já gostaria de vos dizer que nós pensamos que o modelo actual com aperfeiçoamentos é ainda um modelo correcto para os Açores. Aliás, um estudo feito, assim o indica.

Foram feitos diversos cenários, um de liberalização da rota de Ponta Delgada e a conclusão a que se chegou é que o modelo actual é o que mais serve os interesses dos Açores. Agora, este modelo actual necessita sempre, todos os anos, de algum aperfeiçoamento.

Gostaríamos de colocar, e vamos colocar, a rota Terceira/Porto. Penso que é fundamental. A experiência foi positiva. Vamos verificar se conseguimos colocá-la o ano inteiro ou se vamos colocar pelo menos uma parte do ano. O facto de a colocarmos uma parte do ano já implica que qualquer companhia aérea que aceite fazer aquela rota poderá fazê-lo sempre fora do mínimo tempo que for estipulado no caderno de encargos, nas obrigações de serviço público.

Portanto, poderá receber, fora daquele período, os 87 euros para o subsídio ao preço do bilhete e também os encaminhamentos, o que é importante e ajuda a viabilizar aquela rota, principalmente na época baixa.

Introduzir uma tarifa promocional com restrições para residentes, mas tem que ser feita de rota a rota. Ou seja, 10% de todos os lugares oferecidos em cada rota, poderão ter uma tarifa promocional de, por exemplo, 120 euros ou 130, um valor desta ordem de grandeza.

O que é que isto significa?

Significa que quando, por exemplo, estamos a falar de 100 lugares e se estamos a falar de uma taxa de ocupação de 75%, se 40% desses lugares forem de residente, 10 em 30 poderão ter esta tarifa (10 em 30 significa 1 em 3).

Fixar o dia da semana para as ligações Pico/Lisboa. Nós estamos sempre no sentido das restrições, não da liberalização, repare-se bem, mas é importante que aconteça, principalmente nas rotas que ainda estão a dar os primeiros passos, tanto para o Pico como para Santa Maria.

Actualizar os lugares oferecidos. A experiência mostra que os lugares oferecidos que nós colocamos nas obrigações de serviço público podem e devem ser aumentados, porque as companhias aéreas já o estão a fazer.

Algo que nós não pensávamos ser necessário fazer, penso que vamos ter que fazer também, que é fixar uma taxa de segurança e de combustíveis para a carga, porque há

companhias aéreas que estão a praticar aquilo que bem querem. Portanto, é melhor dizer quanto e como podem fazer.

Não é por acaso que a SATA anda a carregar com toda a carga para os Açores, porque faz preços mais baixos.

Obrigatoriedade de aceitar a carga nos encaminhamentos; obrigatoriedade de não ultrapassar a taxa de ocupação dos 75% em cada estação IATA. Estas parecem-me ser, no sentido das restrições, medidas cautelares que obrigam a ter um serviço de qualidade.

Eu quis, no início da minha resposta à última pergunta, demonstrar que na Europa, países muito mais desenvolvidos que nós, ilhas com muita mais população do que nós, têm também feito exactamente este caminho.

Houve experiências de liberalização que não deram certo. Nós devemos evoluir no sentido do progresso, mas não há nada mais sensível nesta Região que não sejam os transportes.

Portanto, qualquer passo em falso pode ser um desastre em termos da nossa economia e de diversas áreas, nomeadamente o turismo. Por isso, temos que ser cautelosos e verificando o que vai acontecendo também nos outros lugares.

Nós temos que ganhar com a experiência dos outros, perceber exactamente o que vai acontecer com a liberalização da rota da Madeira, mas é preciso perceber que tem um número de voos muito diferente do nosso (quase 6 vezes mais), ir acompanhando as experiências e verificando o que está acontecendo com o nosso modelo, actualizando ano a ano e procurando sempre acertar aquilo que está errado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ouvindo atentamente a resposta do Sr. Secretário Regional da Economia à questão colocada, ficámos claramente com a imagem de que no sector do transporte aéreo os senhores são os campeões do conservadorismo. E vou dizer porquê?

A palavra que o senhor utilizou (do ponto de vista técnico pode até estar correcta) e repetiu várias vezes, foi que as regras têm que ter restrições. A postura tem que ser ao

contrário. As regras têm que ter incentivos para que as companhias aéreas sejam motivadas a vir voar para os Açores.

Falou de tudo, só não falou das tarifas.

Neste momento, os açorianos pagam para sair dos Açores quase 250 euros. Nós já provámos nesta Assembleia que era possível e havia margem de manobra para reduzir as tarifas em 25%.

Os senhores nunca provaram o contrário. Falaram em restrições, em regras, disseram que o modelo actual é que é bom com pequenos aperfeiçoamentos. O PSD entende que o modelo actual não presta, o modelo actual tem que ser profundamente alterado de modo a garantir aquilo que o Sr. Presidente do Governo na altura anunciou com grande pompa e circunstância, que era agora vamos ter um modelo concorrencial nos Açores.

A verdade e a prática não foi essa. A verdade e a prática é que as regras negociadas pelos senhores permitem que as companhias continuem a voar em *code-share*. Não há nenhum modelo concorrencial para os Açores, não há nenhum modelo que garanta concorrência entre operadores.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não havendo concorrência entre os operadores vamos assistir àquilo que temos vindo a assistir até agora, que é as passagens aéreas de taxa em taxa irem sempre aumentando.

Neste momento, eu gostaria de recordar e saudar um pequenino passo que os senhores dão agora e que em 2005, no relatório apresentado nesta casa pelo PSD, já tinha sido defendido...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... e que a vossa bancada e o Sr. Secretário Regional disseram que era impossível. Estou a falar das tarifas promocionais para residentes.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Sr. Secretário, por diversas vezes, disse que não era possível e nós dissemos que era possível. Bem-vindo à causa!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sempre atrasado no tempo!

**O Orador:** Bem-vindo à razão!

Bem-vindo a uma pequenina alteração das regras que numa pequena percentagem vão permitir com que os açorianos possam viajar mais barato, garantindo a mobilidade e o desenvolvimento do turismo nos Açores.

**Presidente:** Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

**O Orador:** Deixe-me só colocar a questão.

Pergunto, Sr. Secretário, se para além das tarifas promocionais para residentes estão ou não previstas as tarifas promocionais para estudantes, e está ou não o Governo a diligenciar no sentido de aumentar o subsídio ao bilhete por parte do Estado garantindo aquilo que se chama o princípio da continuidade territorial?

Folgo em ver o seu sorriso, mas aguardo pela sua resposta.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Vão dizer que está mal, mas daqui a um ano fazem igual.

Andam sempre atrás do PSD!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(\*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quem fez a baixa das tarifas nesta Região, isto que está aqui, foi o Governo Regional dos Açores da responsabilidade do Partido Socialista.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Antes só subiam.

Quando o petróleo baixava, os senhores subiam muito mais do que a taxa de inflação, Sr. Deputado. Vejam a vossa história!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E a vossa?

**O Orador:** A nossa história é de baixa das tarifas. Passados 11 anos as tarifas são mais baratas do que eram em 96.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** E vou dizer-lhe em 2010 quanto é que vai ser!

**O Orador:** Sr. Deputado, tenha vergonha!

Olhe para o resto do mundo. Veja o que é que os outros estão a fazer.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** No resto do mundo as tarifas baixaram!

**O Orador:** O Sr. Deputado vem para aqui dizer que a tecnologia da aviação civil tinha sido alterada. Os aviões que a SATA tem são os aviões desse tempo, de 96. A tecnologia é a mesma. O pessoal que está a bordo é o mesmo. As manutenções são as mesmas. Só o combustível é que subiu e as tarifas baixaram.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E as outras companhias também baixaram!

**O Orador:** Sr. Deputado, vir falar em baixa?

Nós praticámos. O Sr. Deputado fala em mau momento no subsídio ao preço do bilhete. Não se lembra do tempo de Durão Barroso, quando queríamos 95 euros e ele só nos deu 87 euros?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E agora?

**O Orador:** Agora é aquilo que estamos exactamente a fazer. Manter já é bom, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, vou explicar-vos algo que me parece ser claro:

O *code-share* nada tem a ver com a liberalização, Sr. Deputado.

Uma companhia aérea que queira concorrer aos Açores...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Eu não falei nisso!

**O Orador:** O senhor ouça para poder entender!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não ponha na minha boca aquilo que eu não disse!

**O Orador:** Uma companhia aérea que queira concorrer a todas as rotas dos Açores precisa de dois aviões. Um é suficiente, mas precisa de outro avião para “back-up”.

Para concorrer a todas as obrigações de serviço público sem *code-share* precisa apenas de dois aviões. Qualquer companhia aérea pode entrar no mercado neste momento.

A questão não é essa, Sr. Deputado. O *code-share* tem também vantagens. Estar a SATA e a TAP em *code-share*, também tem vantagens.

Neste momento estamos ligados a muitos mais balcões no mundo inteiro, porque temos em *code-share* todas as gateways. Essa é uma vantagem para o nosso desenvolvimento, Sr. Deputado.

Certamente haverá uma altura em que não será preciso esse *code-share*, porque as companhias aéreas são maiores, têm mais capacidade, mas neste momento é muito

importante que em Ponta Delgada, em Santa Maria e no Pico se possa ir para Boston, para Toronto, para Viana de Áustria, se possa ir para todos os sítios onde a TAP e a SATA tenham balcões e tenham capacidade de estabelecer ligações.

Sr. Deputado, o modelo que está a funcionar é coerente. A questão das tarifas promocionais é apenas esta:...

**Presidente:** Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Se fosse sem regras (o senhor não gosta de regras) essas tarifas promocionais iam para onde?

Para a *gateway* que tem mais capacidade, que é Ponta Delgada.

Nós vamos introduzir um modelo em que 10% de todos os lugares oferecidos em cada rota têm esse desconto e assim se faz justiça na nossa Região.

Nós não somos adeptos de uma placa giratória na nossa Região. Isso é no vosso tempo.

Nós somos adeptos da multipluralidade nesta Região e é isso que vamos continuar a prosseguir.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário da Economia.

Não havendo mais inscrições, passamos para outra pergunta. Creio que é a renovação da frota.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, a pergunta está relacionada com esta. O Sr. Secretário falou das taxas de carga. Eu faria a pergunta relativamente à carga aérea.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Está a alterar a ordem das perguntas.

**O Orador:** Pode ser.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Não é costume!

**Presidente:** O Regimento é omissivo em relação à alteração das perguntas.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Essa questão já foi colocada e não foi possível alterar.

**Presidente:** Eu não tenho nenhum registo sobre essa matéria.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Decidir perguntas, muito bem, mas a ordem, é a ordem das perguntas.

**Presidente:** O Regimento é omissivo nessa matéria.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Julgo que aí quem tem que fazer o despacho interpretativo é o plenário.

Eu julgo que a ordem das perguntas não tem que ser rigorosamente esta. Na sessão de perguntas que eu fiz ao Governo a ordem foi alterada por uma questão de tempo e ninguém pôs objecções. Era apenas por uma questão de interpelação do debate e seguir a mesma ordem. Agora, peço ao Sr. Presidente para decidir.

**Presidente:** Eu posso interromper o plenário e fazermos uma interpretação disso.

Eu percebo que não há oposição da parte do Sr. Secretário Regional da Presidência.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Da parte do Governo, Sr. Presidente, aquilo que existe é a prática. Nunca houve alteração da ordem das perguntas.

Quando há perguntas, ainda na sessão em que houve...

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(\*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que não há historial da alteração da ordem das perguntas.

**Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Há sim senhor!

**O Orador:** Na sessão de perguntas que foi feita pelo PSD a propósito dos estudos e de diversos dados na Administração Regional, eu penso que não houve alteração das perguntas.

Penso que as perguntas devem seguir a ordem que estão estabelecidas no próprio requerimento, para existir também alguma disciplina e algum planeamento por parte de quem responde, que é neste caso o Governo Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado, não há grande mal ao mundo. Pode seguir e agradecer que seguisse a ordem do requerimento porque vai chegar às cargas aéreas.

Depois, havemos de fazer uma interpretação na mesa.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, eu não faço nenhuma questão em saltar. Era apenas por uma questão da matéria dizer respeito ao mesmo assunto.

Então, já que tínhamos carga aérea em baixo, o Sr. Secretário não tinha falado de carga aérea em cima.

Se é assim, o Sr. Secretário vai passar a responder única e simplesmente ao objecto da pergunta e também não vai falar, como já falou ontem, do modelo de transporte aéreo.

Portanto, vamos entendermo-nos.

Eu não tenho nenhum problema. Agora, que na minha sessão de perguntas (o Sr. Secretário Regional da Presidência esqueceu-se) houve alteração da ordem das perguntas. Aliás, isto não é uma ordem de perguntas. É uma indicação do objecto das perguntas.

A haver ordem, talvez tivesse de ser estabelecida uma conferência de líderes.

Mas eu sigo a ordem, lamentando que não possamos esclarecer esse assunto e arrumá-lo de vez. O Sr. Secretário há-de voltar a responder daqui a pouco.

Sr. Presidente, vamos à renovação da frota da SATA AIR AÇORES.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Desde há uns anos a esta parte, que o plano de investimentos da Região tem contemplado verbas para que se proceda à renovação da frota ATP, da SATA AIR AÇORES.

Ano após ano, não têm existido grandes novidades nesta matéria. É uma coisa que já dura há anos.

Falou-se nos aviões DASH e depois nos ATR. São nomes que nós até já nos habituámos a ouvir, até já conhecemos de tanto ter falado deles.

Numa altura em que as avarias da SATA AIR AÇORES são frequentes (quase diárias), eu perguntaria ao Sr. Secretário se já está decidido qual o novo avião da frota da SATA AIR AÇORES? E se eventualmente a saída do Eng<sup>o</sup> Cansado poderá atrasar esse processo ou se o processo já está em marcha e está decidido?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sabe e muito bem que existem dois modelos que estão a ser estudados, um o ATR e o outro o DASH. O DASH já fez provas no Corvo.

Penso que no próximo mês virá o ATR 72, também ao Corvo.

Nós temos que ponderar estes dois modelos porque são certamente os modelos mais produzidos para este tipo de avião, para este tipo de frota no mundo. São duas companhias muito conhecidas nesta área e o problema que nós temos nos Açores tem a ver com as capacidades de carga que normalmente temos na região e com o novo volume de tráfego de passageiros.

Tem também a ver com os problemas específicos da Ilha do Corvo. Nós não gostaríamos de ter dois tipos de tripulação e tudo faremos para ter só um modelo de avião nos Açores, e por isso temos que ter um modelo de avião que também vá ao Corvo.

Se não formos bem sucedidos nesta área, teremos que ter um outro tipo de avião, tal como tivemos agora, que vá ao Corvo. Mas estes dois modelos estão em estudo, não há nenhuma decisão tomada.

Há um grupo de trabalho que está afincadamente a trabalhar nesta área, a fazer consultas, mas este é um processo complexo, que tem a ver com a retoma dos ATP, com a retoma das peças suplentes e com as facilidades que estas companhias darão para a futura utilização destes aviões.

É um processo complexo. Nada tem a ver com a saída do Presidente da SATA.

Não está ainda resolvido.

É preciso entender que nós, pelo facto de termos ganho a rota de Porto Santo, fez com que tivéssemos que ampliar os nossos pedidos, mas o que vos posso dizer é que este processo está bem encaminhado.

Há estudos feitos e certamente a curto prazo haverá uma solução.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em Julho de 2005, Carlos César anuncia “SATA melhor equipada, na inauguração das obras da aerogare das Lajes”.

Estávamos em Julho de 2005 e o Sr. Presidente do Governo disse: “Nos próximos dois anos vai ser reestruturada a frota da SATA AIR Açores de forma a servir melhor o transporte inter-ilhas, além da reforma do sistema tarifário das *gateways*”.

Portanto, há mais de dois anos os aviões já eram para cá estar.

Novembro de 2005 – “O Governo Regional anunciou ontem um investimento de 60 milhões de euros na reestruturação da frota da SATA AIR AÇORES.”

Onde é que está este investimento?

A sua dúvida já em 2005, era o ATR ou o DASH da Bombardier! Em dois anos não teve tempo para esclarecer a dúvida?

Março de 2006 – O Sr. Presidente da Administração da SATA, que já saiu, o Sr. Engº António Cansado, que fez um bom trabalho na SATA e por quem tenho a maior estima, disse que este ano, o de 2007, “estará concluído o processo efectivo da aquisição dos novos aparelhos, altura em que começarão a voar entre as nove ilhas”.

Sr. Secretário, ontem falei-lhe aqui na criação de expectativas das pessoas. O que se quer saber é quando é que vêm os novos aviões?

A pergunta é somente esta. O senhor não respondeu da primeira vez, mas espero que responda agora.

Dois anos de estudo, dois anos para decidir entre um Bombardier e um ATR, o investimento de 60 milhões, o anúncio de que este ano começa a voar os novos aviões e ainda não temos nada. Para quando, Sr. Secretário?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** 2009? 2010? 2011? 2012?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma questão técnica, meramente técnica. Não passa por uma decisão política. Há uma decisão política de renovar a frota. Certamente que há.

Devo dizer que os ATP que nós temos têm cerca de 17 ou 18 anos, perto disso. Portanto, não há perigo.

Há um período neste momento de algumas avarias, mas isto passa. Os aviões são seguros. Não há qualquer problema em viajar nos ATP.

O que eu vos posso dizer é que se calhar já não são 60 milhões, são mais, porque nós vamos incluir mais um avião para a rota Porto Santo/Funchal, que não estava nessa altura em perspectiva.

Portanto, há que reavaliar todo este processo.

Houve um atraso dos ATR, de disponibilização de um avião para ir ao Corvo, mas nós estamos dependentes destas empresas que fornecem os aviões, mas o processo do Corvo é muito importante para nós.

Nós temos que ter a certeza de que o avião que vamos adquirir pode aterrar naquela pista e aquela pista é fundamental. Nós não podemos ampliar facilmente aquela pista. Se os ATR ou os DASH não nos oferecem a garantia que nós esperamos que eles ofereçam, temos que ter um avião específico para o Corvo, que possa também servir de cargueiro. Essa é uma opção que também está na mesa e que não podemos esquecer.

Portanto, ou opta-se pelos ATR ou opta-se pelos DASH, incluindo o avião que irá ao Corvo, ou caso esses dois aviões dessas duas companhias não tenham capacidade técnica e segurança para ir ao Corvo, ter um avião específico para o Corvo, tal como tivemos agora o Dornier, mas neste momento o Dornier está desactualizado. Tem uma capacidade de carga e um número de transporte de passageiros pequeno. Portanto, temos que evoluir para um outro avião que sirva aquela ilha. Mas são estas duas decisões que estão na mesa.

Se no próximo mês me vier perguntar se já aterrou no Corvo eu não sei. O que lhe posso garantir é que sei da SATA que se está a trabalhar para que isso aconteça.

A breve trecho haverá uma decisão sobre uma ou outra frota que há-de vir.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

(\*) **Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No meu entender penso que o melhor modelo para o Corvo será este que se usa agora que é o Dornier 228, porque acho que é um avião que opera com facilidade, com

algumas condições atmosféricas péssimas, é um avião que cancela as viagens muita pouca vez.

Se formos optar por um avião de maior envergadura, com maior número de passageiros, é claro que este avião nunca fará destinos exclusivamente para o Corvo. Terá sempre que escalar a Ilha das Flores.

Todos nós sabemos que há inúmeros cancelamentos para a Ilha das Flores e este avião não vai ir propositadamente ao Corvo com meia dúzia de passageiros.

Por isso, penso que os corvinos serão penalizados se optarmos por outro avião que não este Dornier 228.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que o Sr. Deputado do Corvo fez esta pergunta que me parece ser extremamente interessante.

Ter um avião específico para o Corvo, que é o que acontece neste momento com o Dornier, é um problema.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Porquê?

**O Orador:** Porquê? Porque eu tenho que ter duas tripulações que só fazem três voos por semana.

Se o avião que nós adquirirmos for ao Corvo e tiver também a possibilidade de fazer, por exemplo, as pontas na Graciosa ou noutra ilha qualquer, porque tem 30 ou 40 lugares, é melhor. E que também sirva de transporte de carga, que sirva também para transportar, quando houver problemas, urnas e outras coisas muito específicas, que por vezes têm dificuldade em entrar os aviões. O peixe das Flores, por exemplo, ou de outra ilha qualquer.

Mas nós temos que estudar isso em relação à possibilidade de termos uma frota única, só DASH ou só ATR, por isso é que vamos experimentar o ATR no Corvo e vamos verificar se ele oferece todas as garantias, embora, com certeza que irá ao Corvo com restrições, porque trata-se de um avião grande, mas restrições do número de passageiros a levar e não no sentido da operacionalidade. Mas tem que ser testado.

Nós, felizmente, temos os aviões adequados, estão a fazer o transporte de passageiros inter-ilhas. Não estamos sobre “brasas”. Temos que decidir com calma, para que a opção tomada seja a melhor para os Açores, porque essa é uma opção que vai durar cerca de 20 anos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

(\*) **Deputado Guilherme Nunes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel:

Eu concordo com o Sr. Secretário, porque penso que temos que ser iguais aos outros açorianos. Também temos que ter uma maior capacidade de passageiros e carga.

Como o Sr. Secretário disse, passamos a três voos (nós queremos mais, o Sr. Deputado também quer e os corvinos também querem).

Temos o problema do peixe. Sempre que temos uma tonelada de peixe, só uma, é um problema. Ele tem que ir para as Flores, o que encarece o peixe e acaba por ser vendido a preços irrisórios. Ele chega a atingir 15 euros ou 20 euros ao quilo. Nas Flores vendem a 5 euros ao quilo. Eles contrapõem com o transporte marítimo.

Esta solução beneficia os corvinos e os açorianos, por isso eu concordo com a solução do Sr. Secretário.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Vai trazer inconvenientes!

**O Orador:** Vai ter convenientes e inconvenientes, mas as conveniências vão ser muitas mais que os inconvenientes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

De facto, a questão do peixe na Região Autónoma dos Açores é uma questão difícil.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Eu já quis fazer essa pergunta, mas não me deixaram! Isso é da carga aérea!

**O Orador:** Sr. Deputado, de facto, é carga. Mas eu, ao falar de aviões, tenho que falar de passageiros e da carga.

O que eu acho é que este avião ao ser adquirido tem que servir um conjunto de parâmetros, de situações que resolvam o problema dos Açores, que não é só de passageiros, é também de carga e situações de ponta. Ou seja, nós temos algumas ilhas de pequena dimensão que com uma ligação, com um equipamento de 30 ou 40 lugares, é mais que suficiente.

Neste momento, o Dornier só leva 10 ou 12 pessoas.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** É ir mais vezes por semana!

**O Orador:** Portanto, isso custa muito dinheiro. Não é rentável.

Nós temos que ter um tipo de equipamento que possa ir ao Corvo mas que tenha alguma rentabilidade durante toda a semana.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quanto à SATA AIR Açores, continuamos em “voo cego”. Não sabemos o que é que se vai passar.

Vamos pôr instrumentos a ver se acertamos no alvo!

Vamos à SATA Internacional, porque na SATA AIR AÇORES não me considero esclarecido. As dúvidas de 2005 continuam em 2007!

A SATA Internacional tem, e bem, expandido os seus horizontes, os seus destinos e tem feito uma expansão considerável, um processo ambicioso de internacionalização que nos deve honrar a todos, com certeza.

Está previsto a modernização ou o aumento da frota da SATA Internacional?

Nessa perspectiva da SATA atingir um patamar que a administração da SATA chama de sustentável para o futuro, para poder aumentar a sua frota, ou renovar a sua frota nalguns aviões, essa possibilidade é real, da SATA vir a médio prazo a atingir o volume de negócios dos 500 milhões de euros? Isso passa obviamente pelo aumento de destinos e renovação da frota.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

(\*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima:

Eu gostava de dizer, em relação à SATA, que nestes problemas envolventes da renovação da sua frota, quer do ponto de vista da frota inter-ilhas, quer do ponto de vista da frota que serve a SATA Internacional, existem duas componentes que devem ser separadas para melhorar a compreensão do que está em causa. Uma é a componente política.

O Governo, em articulação com a Administração do Grupo SATA, define, estimula e apoia o objectivo de renovação da frota da SATA AIR Açores e de renovação da frota da SATA Internacional em ordem a satisfazer os seus compromissos, as suas oportunidades de negócio.

Para o efeito, o Governo Regional tem uma relação de cumplicidade com a Administração da SATA. Depois, há uma outra componente, a componente de execução dessas decisões no plano macro-político e que pertence naturalmente à Administração da SATA ou até a organismos técnicos dentro da própria companhia aérea.

Portanto, poderá ser o Governo a dizer primeiro se é um DASH ou se é um ATR, mas não será de certeza o Governo a definir se é um avião ou se é outro.

Poderá o Governo eventualmente dizer primeiro que vamos ter mais um AIRBUS no modelo X e não Y, mas não será o Governo que vai tomar essa decisão.

O que o Governo tem certamente em consideração é que a renovação da frota ou a sua ampliação deve ser feita em ordem ao plano interno; satisfazer várias dificuldades de que se reveste a operação de voo nos Açores, como seja, por exemplo, a satisfação dos compromissos de serviço público da SATA AIR AÇORES, no caso particular da Ilha do Corvo; critérios de economia de exploração; critérios que têm a ver com a capacidade de carga das aeronaves que vierem a ser adquiridas; da sua compatibilização com algumas oscilações e sazonalidade que se verifica também nesse domínio do transporte de mercadorias, com critérios referentes à operacionalidade, com critérios – e aqui é muito importante termos em atenção isto – quer do ponto de vista das opções que vamos tomar sobre a renovação da frota da SATA AIR AÇORES, quer também de eventuais opções de ampliação da frota da SATA Internacional.

Nós temos que ter não só em conta estes critérios que tive oportunidade de vos dizer, como também e ainda outros elementos de estratégicos do grupo SATA que tenham a ver com a possibilidade de, no próximo futuro ou num futuro mais alargado, celebrar parcerias ou ter parcerias com outras companhias aéreas ou inclusive participar no capital de outras companhias aéreas que têm serviços regionais e serviços internacionais ou até adquirir outras companhias que se revelem de interesse estratégico para a operação tradicional da SATA Internacional e da SATA AIR AÇORES.

Refiro-me à SATA AIR AÇORES pelo seguinte, porque, por exemplo, uma opção de renovação da frota da SATA AIR AÇORES, conjugada com a existência de parcerias ou da participação do grupo SATA noutras companhias regionais que utilizem uma determinada marca, pode fazer sediar nos Açores, ou fazer sediar em alguma ilha dos Açores, um aparato, um dispositivo de sediação da manutenção de uma determinada marca.

É neste contexto que temos que analisar todo este problema da renovação com especial sensibilidade, tendo em conta que se entrecruzam necessidades no plano interno com objectivos de carácter estratégico de afirmação da SATA, quer do ponto de vista dos seus destinos e da sua operação de voo, quer do ponto de vista de desenvolvimento de valências da SATA de prestação de serviços, como na área da manutenção, estamos a seguir com o maior cuidado.

Todas as afirmações que o Presidente do Governo tem feito nesse domínio têm sido feitas em conjugação com a análise técnica que nos tem sido fornecida pelo grupo SATA. Mesmo temporalmente elas não estão desajustadas, apesar de termos feito uma pausa neste caso para avaliar as decisões que no plano político estão a ser tomadas noutros espaços sobre determinadas companhias aéreas em relação às quais nós, pelo menos, mantemos uma atitude de curiosidade. Curiosidade que se justifica na defesa do interesse regional, do fortalecimento e da consolidação do grupo SATA, um grupo sólido e com ambição.

Portanto, penso que me fiz razoavelmente compreender pelos Srs. Deputados, embora não tenha sido absolutamente claro sobre essa matéria, e sobretudo pelo Sr. Deputado

interpelante que é verdadeiramente quem tem mais curiosidade sobre este tema, visto que é quem fez a pergunta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para uma réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu considero-me esclarecido. Acho que o senhor foi esclarecedor nesta matéria.

Eu entendo, e todos nós entendemos, que a decisão de renovar a frota de uma companhia é uma decisão difícil, complicada, ainda para mais tratando-se da SATA AIR AÇORES, com os constrangimentos e as condições que temos para voar nos Açores.

Portanto, eu entendo que tem que ser uma decisão cautelosa, ponderando todos os factores positivos e negativos para que a escolha (é um investimento elevado, de longo prazo) seja acertada.

Compreendo que, como V. Exa. disse, o Governo está à espera de pareceres técnicos para fundamentar bem essa decisão. Aceito bem isto e finalmente percebi que há uma pausa para se estudar e tomar a decisão mais correcta, após os estudos que têm vindo a ser feitos e que faltam, pelos vistos, completar com a vinda do ATR ao Corvo, porque tem que ver a especificidade daquela ilha e de outras também.

Portanto, percebi e considero-me esclarecido sobre este ponto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, também para uma réplica.

(\*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima:

Eu até posso ser um pouco mais preciso ou mais arriscado na análise da evolução deste caso.

Na altura em que nós estamos analisando esta questão, a tomada de decisão definitiva tem mais a ver com factores externos à Região do que com factores internos, com os mesmos técnicos do ponto de vista das estruturas aeroportuárias, dos aeroportos e dos aeródromos na Região Autónoma dos Açores.

Não está excluída a hipótese – gostava que fizesse o favor de acrescentar ao rol que tem das minhas afirmações nesse domínio – de ainda cumprir razoavelmente a parte das anotações que tenho sobre algumas das minhas intervenções anteriores sobre o tema.

Eu creio que não é totalmente de excluir a possibilidade de ainda este ano ser tomada a decisão que nós estimávamos em 2006/2007, mas que se pode atrasar por razões que nós achamos que vale a pena atrasar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Embora quisesse perceber a intervenção do Sr. Presidente do Governo tive alguma dificuldade. Naturalmente que o problema é meu. O que é certo é que o Sr. Presidente não respondeu à questão formulada.

Se pudéssemos entender que a sua resposta foi no sentido de que isso é uma decisão complexa e que nós temos que pensar muito bem, então não fazia sentido que há dois anos fossem tão lesto no anúncio daquilo que não aconteceu.

Permita-me que reforce aquilo que já foi dito neste plenário. “Em 2005, e sendo certo que há uma perfeita coordenação política do Governo Regional, o Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, anunciou neste Parlamento um investimento de 60 milhões de euros na reestruturação da frota da companhia.

Também estou certo que há total coordenação entre a tutela e a Administração do grupo SATA e, nesse sentido, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA de então, António Cansado, dizia que no próximo ano, 2007, terá lugar o processo efectivo da renovação da SATA sendo que no Verão os aviões estarão a voar.”

Acabámos de passar o Verão de 2007 e a decisão não está tomada. Se são tão cautelosos na decisão, e admito que seja uma decisão complexa, deveriam ser também cautelosos no anúncio, porque por essa ordem de ideias, todos os anúncios que o Governo fizer pela boca do Sr. Presidente do Governo não são para levar a sério.

Passaram 2 anos e nada aconteceu. Pode justificar que é preciso testar o avião. Os aviões existem. São 2 horas e meia ou três horas para virem desde a fábrica fazer o respectivo teste numa qualquer pista dos Açores.

Pergunto eu: este atraso tem ou não a ver com a expectativa ou a dúvida que o Governo Regional tinha ou não, se a renovação da SATA podia ou não ser também financiada pelo novo Quadro Comunitário de Apoio?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

(\*) **Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Macedo:

Quanto à sua pergunta a resposta é não. Não tem nada a ver com dúvidas dessa natureza.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Olhe que não!

**O Orador:** Aquilo que eu gostava de vos dizer também na sequência do que diz, é o seguinte:

O Governo, aqui, agiu não só com boa fé, mas também com bom senso. O Governo anunciou que ia haver a renovação da SATA e aqui está o Governo a dizer que vai haver renovação da SATA.

O Governo anunciou que estimava, de acordo com a informação técnica da SATA, que essa renovação implicasse um dispêndio na ordem que foi anunciado. Mantêm-se as estimativas de acordo com a informação técnica que recebemos da SATA.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): O que falha é a data. A data do início e a data da renovação!

**O Orador:** Portanto, aquilo que o Governo disse é aquilo que o Governo, ainda hoje tem para dizer. Ou seja, o Governo leva a sério o que diz. Os senhores não levam a sério o Governo, mas olhe que é por isso, por essa falta de fé que há menos gente nos Açores a vos levar a sério do que gente a levar a sério o Governo.

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Então por que é que não cumprem?

**O Orador:** É por essa razão que os senhores estão na oposição e nós estamos no Governo, é que os açorianos sabem que nós falamos a sério.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Sabem anunciar, mas não sabem fazer!

**O Orador:** Os açorianos que puderem, inclusive os senhores, vão viajar nos novos aviões da SATA AIR AÇORES e quando entrarem, quando se sentarem, quando cruzarem os ares entre as nossas ilhas, lembrar-se-ão “aquele Presidente do Governo era mesmo um homem de palavra”.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Passamos a outra pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Continuamos na SATA e na privatização SATA.

O Sr. Secretário da Economia anunciou em Ponta Delgada, isto em Junho de 2007, de que “é chegada a hora de, com prudência, se abrir o capital social da SATA”, e voltou a citar o Sr. Presidente do Governo pela terceira vez, “dando eco já a uma ideia anunciada pelo Presidente do Governo, Carlos César.”

Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Então, para quando é que o Governo pensa avançar com a abertura do capital social da SATA aos privados e que tipo de quota o Governo prevê manter nesta futura privatização, se há fiabilidade e se já há alguns interessados, alguns contactos prévios, já que os estudos começam antes, na privatização da SATA e para quando está prevista?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**(\*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional entende que a SATA é um poderoso instrumento ligado ao desenvolvimento da Região. Não há qualquer dúvida.

Hoje, a SATA transporta cerca de 1 milhão e 300 mil passageiros. Tem um volume de negócios à volta dos 280 milhões. É, de facto, o maior grupo a nível regional.

A SATA hoje dá emprego a centenas de famílias.

Hoje, a SATA leva o nome dos Açores ao exterior.

Mas o Governo Regional sabe também que existem restrições muito grandes em termos de apoio que se pode dar à própria SATA, não pode aumentar o seu capital social, não pode apoiar financeiramente a SATA para uma determinada rota. O Governo Regional tem é que definir políticas.

A SATA, felizmente, hoje, é uma empresa estabilizada. Desde 2002 que a SATA apresenta lucros pequenos, mas sistemáticos.

Hoje, a SATA voa para o exterior. O tempo da SATA voar só nos Açores já terminou há muito tempo.

Por isso, hoje estamos em condições de poder avançar para uma fase mais avançada, tal como aconteceu com a EDA. Estabilizamos a EDA e avançamos para a sua privatização.

Certamente será feita por fases e o que é preciso agora é proceder à variação. É um assunto que vamos fazê-lo e que já estamos a fazer.

Trata-se de um projecto para a próxima legislatura. É esta a orientação que é dada à própria SATA, para proceder à sua variação.

É um processo que irá em frente com as cautelas necessárias para que esse processo tenha o sucesso que a própria EDA teve na sua privatização.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**(\*) Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dizia o Sr. Presidente do Governo em Maio de 2007 (há alguns meses atrás), no âmbito de um jantar que ofereceu ao Sr. Primeiro-Ministro de Cabo Verde, que “tal como a companhia de bandeira cabo verdiana, também a nossa companhia será insuflada na próxima legislatura, com novas energias, com novo fôlego, com capitais privados, através de um processo de privatização parcial que o Governo está já a preparar.”

O Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA, Eng<sup>o</sup> Manuel António Cansado, dizia, cerca de 5 meses antes, numa intervenção que teve num Congresso da APAV, “a SATA não tem ainda reunidas todas as condições para entrar num eventual processo de privatização.

Quem o disse, é notícia, foi o Presidente do Conselho de Administração da Transportadora Aérea Regional na sequência da conferência à aviação em Portugal.

António Cansado não defende a privatização da SATA no médio prazo...”, reforço no médio prazo, “... porque ainda não conseguimos atingir o patamar de massa crítica e temos a dimensão que permita ao conselho a abertura do capital da SATA a privados.”

Parece nítida aqui uma divergência entre aquilo que disse o Sr. Presidente do Governo e aquilo que disse o Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA, pelo menos em matéria de privatização do grupo. Efectivamente, parece haver aqui uma divergência.

Curiosamente chegámos ao passado mês de Agosto e na sequência do anúncio da saída do Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA da liderança do Grupo, o que vai ocorrer no próximo dia 1 de Outubro, foi aquilo que referiu o Sr. Presidente do Governo, disse o Sr. Presidente do Governo:

“No âmbito desta saída não existem quaisquer divergências sobre opções estratégicas”.

Seguramente, ou eu estarei muito enganado, um processo de privatização não é seguramente uma questão táctica, é seguramente uma questão estratégica e há, evidentemente aqui uma divergência entre o Sr. Presidente do Governo e o Presidente do Conselho de Administração da SATA.

Esta recusa de divergência é confirmada pelo próprio GACS, quando diz, falando aos jornalistas em Ponta Delgada: “Carlos César negou a veracidade a informações segundo as quais o actual Presidente da SATA se afastou devido a divergências sobre a estratégia futura das empresas do Grupo.”

Esta divergência fica ainda mais clara quando nos apercebemos de uma outra questão incluída na mesma nota para a comunicação social por parte do GACS e noticiada pela comunicação social, quando se diz:

“O Presidente do Governo adiantou que António Cansado termina o seu mandato a 1 de Outubro, depois de cerca de 10 anos à frente das empresas que asseguraram as ligações entre as ilhas e para o exterior do arquipélago.”

**Presidente:** Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** Só uma questão, Sr. Presidente.

**Presidente:** Estamos todos à espera da questão.

**O Orador:** Aqui é que entra uma outra divergência. É que – para isso basta consultar o portal do Ministério da Justiça, aliás, onde somos direccionados a partir do site do Jornal Oficial – chegamos à conclusão de que o Sr. Engº Manuel António Cansado, e há um registo do Conselho de Administração, é mandatado de 2006 a 2008. Isto é, o Sr. Engº Manuel António Cansado não termina funções do seu mandato no dia 1 de Outubro ou no dia 30 de Setembro. Acontece isso para a SATA-SGPS, acontece isso para a SATA AIR AÇORES SA e acontece isso para a SATA Internacional.

Tendo em conta tudo isto que referi, o que é que tem o Governo Regional a dizer?

Qual é a verdade que existe em tudo isto?

O Sr. Presidente do Governo Regional faltou ou não à verdade quando disse que o Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA terminava o seu mandato no dia 1 de Outubro?

Parece-me, sinceramente, a não ser que o Ministério da Justiça esteja a trabalhar mal, que o Sr. Presidente do Governo faltou à verdade.

**Presidente:** Sr. Deputado António Marinho, tenho que lhe dizer uma coisa. Ninguém está com receio das suas perguntas, mas estávamos na privatização da SATA não era no mandato de ninguém.

Eu recomendei que nós nos cingíssemos ao objecto da pergunta.

O Sr. Deputado Artur Lima está a reclamar e com razão, porque tratava-se do problema da privatização e não do problema de mandatos.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O que levou ao fim do mandato foi a privatização!

**Presidente:** Sr. Deputado, pode fazer uma interpretação extensiva, mas a verdade é que se trata da privatização da SATA. Portanto, é esse o objecto da pergunta.

Não obstante isto, eu não sei se o Governo quer responder a isto, se não quiser, passamos à próxima pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para colocar a próxima questão.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a aproximarmo-nos do tempo. Realmente corre depressa.

Eu pedia ao Sr. Presidente – já há pouco eu tinha feito essa referência a não haver desvio do objecto das perguntas – que seja rigoroso daqui para a frente no controlo do tempo para ver se eu pelo menos consigo acabar o transporte aéreo. Vamos ver se conseguimos voar um bocadinho mais depressa.

Sr. Secretário, por esta o senhor já esperava: digitalização de documentos. Julgo que não é surpresa para si! Esta pergunta eu tinha que fazer.

Sr. Secretário, vamos lá ver se nos entendemos nesta matéria.

Eu devo dizer que a culpa também não é só sua. Eu lamento que, por exemplo, a Comissão Nacional de Protecção de Dados está há um ano e 4 meses para se pronunciar sobre esta matéria e ainda não disse rigorosamente nada, o que é vergonhoso e inadmissível.

Foi introduzida nesta Região, e bem, o Cartão do Cidadão. Incompreensível e inadmissivelmente não se aceita que a TAP e a SATA – da SATA não tenho confirmação – continue a digitalizar o Cartão do Cidadão.

É ilegal!

Passo a ler:

“Estruturas e funcionalidades do Cartão do Cidadão.

1- O Cartão do Cidadão é um documento de identidade múltipla que inclui uma zona específica destinada à leitura óptica e incorpora um circuito integrado.

2- O Cartão do Cidadão permite ao respectivo titular:

a) provar a sua identidade perante terceiros,

b) provar a sua identidade perante terceiros através da autenticação electrónica,

c) autenticar uma assinatura electrónica,

3- A leitura óptica da zona específica do cartão mencionada na alínea a) está reservada a entidades ao serviço do Estado e da Administração Pública bem como o chip, bem como à identificação do titular no âmbito das especificações técnicas do cartão para documentos de viagem.”

O chip é que serve para documentos de viagem.

A TAP viola grosseira e inadmissivelmente isto. Digitaliza documentos que não lhes serve rigorosamente para nada, porque lá nada diz onde é que a pessoa reside. É um abuso, é uma discriminação e interessava saber da parte do Ministério das Finanças

que despacho é esse, que portaria é essa que eu nunca vi, nem o Ministro exige à TAP isso?

Eu nunca vi. Já procurei o que tinha que procurar, mas se calhar não soube procurar bem.

É preciso apurar:

1º - Foi o Governo da República que exigiu isso à TAP ou é interpretação regional da delegação da TAP nos Açores?

2º - A SATA – pelo menos é da sua responsabilidade – se dúvida havia na digitalização do Bilhete de Identidade, dúvida nenhuma há na ilegalidade cometida na cópia do Cartão do Cidadão. Mais grave ainda, numa altura em que se desconfia da falsificação de documentos, nem a TAP nem a SATA tem a base de dados legalizada. Não existe base de dados legalizada que garanta aos passageiros qual o tipo de dados a recolher, a finalidade desses dados e o acesso do passageiro para correcção de dados.

Portanto, duas ilegalidades: não poderem fotografar o cartão e não terem uma base de dados legalizada.

Ninguém sabe onde anda os cartões de memória daquelas máquinas Sr. Secretário.

Isto é um problema grave (eu insisto) que tem que se resolver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**(\*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que concordar com muitas das palavras que disse o Sr. Deputado Artur Lima. É evidente que tenho.

O que posso dizer é que o Governo Regional já encomendou um conjunto de leitores do Cartão do Cidadão (220) para distribuir pela SATA, pelas Agências de Viagens, pelos aeroportos, para que isso se resolva definitivamente, porque o Cartão do Cidadão resolve definitivamente o problema.

O grande problema que existe, e é preciso que as pessoas percebam, é o seguinte:

Uma pessoa que se dirija a uma Agência de Viagens com o Bilhete de Identidade e com o Número de Contribuinte, a Agência de Viagens toma nota do número do Bilhete de Identidade e do Número de Contribuinte.

Essa passagem escrita, quando é fornecida à SATA e à TAP e quando elas querem provar ao Ministério das Finanças que aquele individuo é de facto um residente, eles vão colocar aquele número no campo de dados que eles têm e verificam, se há um erro, aquela passagem não pode ser subsidiada porque não tem...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Mas é assim mesmo?

**O Orador:** É assim o processo.

O que é que acontece?

As Agências de Viagens cometem muitos erros e a SATA e a TAP para se prevenir fazem novamente uma fotocópia à saída. Foi isso que eu percebi deste processo.

Como é que se resolve isso?

É, de facto, haver uma transcrição electrónica do Número de Contribuinte, directamente, ou seja, aquilo que o leitor do Cartão do Cidadão vai resolver de uma forma definitiva.

Quando o Ministro da Justiça esteve cá, nós falámos com ele para que ele intercedesse junto da ANA para que nos aeroportos nacionais também existisse esses leitores do Cartão do Cidadão.

Até lá vai existir sempre o Bilhete de Identidade, o Número de Contribuinte e o Cartão do Cidadão, durante alguns anos.

Segundo a SATA, ela informou a Comissão Nacional de Protecção de Dados dos procedimentos que estava a utilizar para a companhia, para ter prova em relação ao Ministério das Finanças. Não sei se a TAP fez isso.

O que posso dizer é que não houve da parte da Comissão Nacional de Protecção de Dados qualquer oposição ao procedimento que a SATA está a utilizar.

Mas há uma razão segura naquilo que diz o Sr. Deputado. Temos que ser mais lesto, temos que obrigar as companhias aéreas a, rapidamente, instalarem esses leitores para que este processo acabe e não se cometa as legalidades que efectivamente estão a ser cometidas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se o problema fosse quando há a detecção de um erro no Cartão de Contribuinte, fotografar esse por uma questão de segurança e de provar que realmente houve um erro na introdução daquele número, estávamos entendidos.

O problema é que fotografam todos, independentemente de ter erro ou não.

O procedimento é este: chegamos lá e duas fotografias.

O procedimento devia ser realmente esse.

Há aqui uma outra questão, e se me permitem uma sugestão, que é saber, e já que estamos no novo contrato do serviço público do Ministério das Finanças, por que é que nos exige isso? Essa é que é a questão, por que é que exige aos açorianos isso? Até porque a própria lei não é clara na matéria que regulamenta o transporte público.

Portanto, interessava saber (teve cá o Ministro da Justiça, o senhor há-de estar com o Ministro das Finanças um dia destes) por que é que isto é exigido para os Açores?

Quem tem que resolver uma parte disto é o Ministro da República.

Aliás, eu já disse, que estive o ano passado com o Sr. Primeiro-Ministro no Natal e aproveitei a oportunidade e disse-lhe isso: ele não queria acreditar que isso fosse possível e tenho aqui testemunhas, os Deputados Francisco Coelho, Clélio Meneses e o Sr. Presidente.

O Sr. Primeiro-Ministro ficou espantado e não acreditava naquilo que eu estava a dizer. Garantiu-me que me dava uma resposta. Devo dizer que até hoje estou à espera da resposta.

Portanto, passa também pelo Governo da República este abuso. Esta discriminação também passa pelo Governo da República.

Vivemos num país onde não há lei?

Cometem-se ilegalidades e até certo ponto o direito à privacidade das pessoas, é um direito constitucionalmente protegido. Viola-se grosseiramente esse direito e não se faz nada?

Eu compreendo que o senhor se preocupe com isso e acredito sinceramente que o senhor se preocupa, mas Sr. Secretário eu faço o que posso. O senhor também vai ter que fazer um bocadinho mais. Aliás, no último debate que tivemos aqui, que o Sr.

Presidente do Governo interveio, ficou de pôr-se termo a esta “violência” que é violentar os direitos das pessoas.

**Presidente:** Não havendo mais interpelantes, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Como estamos a 10 minutos do final, não sei se o Sr. Deputado quer seleccionar alguma pergunta, se quer prosseguir pela ordem.

Eu recomendaria que fosse às perguntas que lhe interessassem mais.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Avançamos para a pergunta seguinte: taxa de combustível.

Sr. Secretário, quando se aproximam as chamadas épocas altas para as companhias aéreas que voam para os Açores, e a TAP tem sido exemplar nessa matéria, aumentam a taxa de combustível.

Em Novembro de 2006, a TAP não foi de meias medidas, 20 euros!

Época alta, mais voos, mais dinheiro!

A SATA foi mais comedida esperou por um parecer do INAC e só a 10 de Janeiro de 2007 é que introduziu uma taxa de 10 euros, obrigando a TAP a reduzir para 10 euros.

A TAP fez isso e não se diz nada a esse respeito?

Não é penalizada por isso?

Qual foi a justificação que arranjou para os 20 euros, se a SATA e o INAC achavam que era 10?

Agora, na época alta de 2007, a TAP, novamente fez a mesma coisa. Curiosamente, aumenta quando o petróleo desce. Aliás, naquela altura, quando a TAP aumentou em Novembro de 2006, o petróleo estava a descer. No trimestre antes, tinha descido.

Sr. Secretário, é discricionário? Vão aumentar as taxas.

Há pouco falou na taxa de carga. Não poderemos fixar também, no próximo contrato de serviço público, alguma restrição à regra, como o senhor usou, e vamos fixar uma restrição à taxa de combustível.

A TAP, só na época alta, aumenta este Verão a taxa em 150%. Sabe quanto é que foi o aumento do preço do petróleo? 10%! Repito: a TAP aumentou 150% a taxa!

Vamos continuar a permitir que a TAP – e seguidamente depois a SATA – meta a mão nos bolsos dos açorianos? É literalmente meter a mão no bolso dos açorianos, porque o aumento do preço do petróleo não justifica um aumento de 150%.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A taxa dos combustíveis está definida nas obrigações do serviço público e diz:

“As transportadoras poderão cobrar uma taxa para obviar o custo proveniente do aumento do preço do combustível, a qual será revista trimestralmente pela aplicação da seguinte fórmula arredondada à unidade”. Tem a taxa que é *sub charge*,  $k$  (0,68462) a multiplicar pelo câmbio médio do dólar americano com o euro, do trimestre anterior, o preço médio do barril em dólares do trimestre anterior. Portanto, de 3 em 3 meses, a taxa é actualizada, contando com a evolução da conversão do dólar para o euro e com o preço médio do barril em dólares.

Já esteve a 20, a 10, a 12 agora está novamente a 20.

É preciso perceber o seguinte:

Quando o Sr. Deputado Jorge Macedo fala na liberalização...

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Eu não falei na liberalização. O senhor não ponha na minha boca aquilo que eu não disse!

**O Orador:** ... sem regras, vai acontecer aquilo que acontece e o que aconteceu com a carga.

O que é que acontece?

No caso do início destas obrigações do serviço público, nós fizemos queixa para o INAC porque o trimestre anterior ainda não estava definido e a TAP não poderia ter aplicado aqueles 20 euros, por isso é que a SATA só o fez na altura que o poderia fazer.

No que diz respeito à carga – nós vamos falar, porque isso tem a ver com a taxa dos combustíveis – ...

**Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Isto em Novembro de 2006!

**O Orador:** ... eu posso dizer que no caso da TAP, a taxa de combustíveis que utiliza nas passagens aéreas entre Porto e Lisboa é 50 euros, entre Lisboa e Paris também é 50 euros e com os Estados Unidos são 70 euros.

Portanto, neste momento, a nossa taxa de combustíveis, na qualidade, é bastante inferior duas a três vezes ao que é praticado à média internacional, porque a TAP está em concorrência com os outros e essa taxa de combustíveis que é utilizada nas passagens é igual à taxa que as outras companhias estão a fazer.

No que diz respeito à carga aérea, nós não temos definido nas obrigações de serviço público nenhuma taxa de combustíveis e o que a TAP aplicou foi o que aplica a nível internacional e não foi meiga, porque nós temos, por quilo, normalmente é € 1.07. Aplicar em cima uma taxa de combustíveis de 60 cêntimos é uma violência. É 60% mais.

A SATA não o faz. A SATA pratica apenas 17 cêntimos, por isso é que a SATA tem os problemas que tem com a carga, porque toda a gente quer colocar a carga na SATA.

Mas quando não há regras há sempre quem foge e que procura uma fuga para a frente. Repare-se: a SATA está em conversa com a TAP neste processo, mas a TAP não quer saber, coloca para o preço da carga 1.77. Na SATA é 1.37.

Temos que colocar aqui uma regra clara nas obrigações do serviço público para definir como pode evoluir a taxa de combustível relativa à carga.

Nós percebemos que hoje o barril do petróleo está a 32 dólares, daqui a um ano pode estar a 100, a 120 ou a 140.

É preciso ter a noção de que é um factor externo, que ninguém controla e que as companhias aéreas têm que saber que se o factor externo aumenta muito os custos, estes também têm que ser ressarcidos.

Portanto, é um lapso que constava e que a companhia aérea aproveitou para aumentar de uma forma desmesurada, no nosso entender, o preço da carga para todos os que querem transportar na TAP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou obviamente dar lições de economia, porque não quero, nem sei. Agora há uma coisa que se chama os futuros do “Nymex”, que se prevê o preço do petróleo para o trimestre a seguir.

Depois, tenho aqui um esquema que fiz da evolução dos preços do petróleo em 2007. Curiosamente o senhor vai aqui a Abril e ele desce, sobe um bocadinho em Maio e volta a descer. Cai!

A TAP aumenta nos inícios de Julho a taxa, quando no trimestre anterior era de descida.

Sr. Secretário – como se compreende era uma pergunta que eu tinha para fazer a seguir, mas já que o senhor falou nela eu também vou falar – a taxa de carga aérea. A que a TAP aplica é um roubo.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Eu falei na taxa de combustíveis!

**O Orador:** A taxa de combustíveis sobre a carga aérea.

Portanto, aplica 60 cêntimos e a SATA 17 cêntimos.

Como é que se permite uma coisa destas?

Há uma discrepância enorme entre as ilhas que são servidas pela TAP e as ilhas que são servidas pela SATA.

É preciso acautelar essa sobre a carga, mas é preciso também acautelar a taxa sobre o passageiro e como lhe disse há pouco, é nesse contrato de serviço público que se define as regras da taxa e aí é que é preciso defini-las e temos oportunidade de o fazer.

Se o senhor fizer a conta, ela não dá 20 euros. Se entrar com o preço rigoroso do trimestre anterior, não dá 20 euros como a TAP aplicou abusivamente em Julho. É uma questão de fazer a continha, porque o petróleo estava a descer, comparando com o ano todo.

Se formos a 2006, quando a TAP introduz a taxa de combustível, ele tinha vindo a descer até Setembro.

Portanto, a TAP faz isto para equilibrar as suas contas, Sr. Secretário. São milhões de euros que a TAP mete ao bolso. Não são milhares, são milhões à custa dos bolsos dos

açorianos. Isto representa 20 euros, praticamente 10% de uma passagem ou mais. Se não lhe incluir as taxas representa quase 14% do preço de uma passagem.

É nesse definição de serviço público que nós temos que actuar, porque 20 euros é muito dinheiro no bolso das pessoas que querem viajar e não há justificação nenhuma. As companhias aéreas já são compensadas pelo serviço público, não têm prejuízo, têm muito lucro nesta rota e basta ver as taxas de ocupação. Se o preço milha noutra rota com uma taxa de ocupação é de 70%, têm lucro, diz o Sr. Engº Fernando Pinto. Numa rota para os Açores em que têm indemnização compensatória, tem obrigatoriamente que ter lucro, nunca pode ter prejuízo.

Portanto, Sr. Secretário, a bem dos açorianos, é preciso definir regras e pôr restrição a essas regras, como se põe nas outras, e o senhor afirmou aqui várias vezes.

Na taxa de combustível é preciso pôr restrição a essas regras e definir quando é que ela é rigorosamente aplicada.

Não é a 28 de Novembro, a 10 de Janeiro, a 7 de Fevereiro, a 13 de Julho. Onde é que está aqui o trimestre? Diga-me lá! Eu não percebo!

**Presidente:** Meus senhores, o tempo global para esta matéria esgotou-se.

Portanto, é prudente que fiquemos por aqui, senão vão uns atrás dos outros exigindo o mesmo direito e nunca mais acaba. Portanto, o melhor é encerrar aqui.

Passemos ao próximo ponto da ordem de trabalhos.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, é para, nos termos regimentais, pedir um intervalo de 15 minutos.

**Presidente:** Então, como faltam 15 minutos para as 20 horas, vamos suspender os nosso trabalhos e retomamos amanhã.

Boa noite.

*Eram 19 horas e 40 minutos.*

***Deputados que entraram durante a Sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia** Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**

**Hélder** Guerreiro Marques **Silva**

**Nélia** Maria Pacheco **Amaral**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

**Alberto** da Silva **Costa**

**José** Gabriel Freitas **Eduardo**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Aires** António Fagundes dos **Reis**

**Alberto** Abílio Lopes **Pereira**

**Jorge** Alberto da **Costa** **Pereira**

(\*) Texto não revisto pelo orador

## **Documentos entrados**

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O DEPUTADO ANTÓNIO LIMA CARDOSO VENTURA PRESTAR DEPOIMENTO, COMO TESTEMUNHA, NOS AUTOS DO PROCESSO COMUM SINGULAR N.º 50/03.5PBAGH, A CORRER TERMOS NO 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL JUDICIAL DE ANGRA DO HEROÍSMO**

### **Capítulo I**

#### **INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 17 de Setembro de 2007, na delegação do Pico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Madalena.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o pedido de autorização para o Deputado António Lima Cardoso Ventura prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo comum singular n.º 50/03.5PBAGH, a correr termos no 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.

O pedido do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo (2.º Juízo) deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 7 de Setembro de 2007, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer.

## **Capítulo II**

### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto, e n.º 43/2007, de 24 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento

dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6). Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

### **Capítulo III**

#### **APRECIÇÃO DO PEDIDO**

Recebido o pedido, a Comissão procedeu à audição do Deputado António Lima Cardoso Ventura, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, que informou das razões e circunstâncias em que foi arrolado como testemunha nos autos do referido processo, as quais nada têm a ver com o exercício do mandato de Deputado, e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento.

No processo comum singular n.º 50/03.5PBAGH, a correr termos no 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo, são arguidos João Areias da Rocha e outros.

### **Capítulo IV**

#### **SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS**

Os *Grupos Parlamentares do PS e do PSD* manifestaram posições de concordância com a autorização para que o Deputado António Lima Cardoso Ventura preste depoimento, na qualidade de testemunha, no mencionado processo judicial.

### **Capítulo V**

#### **CONCLUSÕES E PARECER**

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento à presente solicitação judicial, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar o Deputado

António Lima Cardoso Ventura prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo comum singular n.º 50/03.5PBAGH, a correr termos no 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.

Consequentemente, o pedido está condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados.

Madalena, 17 de Setembro de 2007

**O Relator, em substituição, José Ávila**

**O presente relatório foi aprovado por unanimidade.**

**O Presidente, Hernâni Jorge**

—

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O DEPUTADO AIRES ANTÓNIO FAGUNDES REIS PRESTAR DEPOIMENTO, COMO TESTEMUNHA, NOS AUTOS DO PROCESSO COMUM SINGULAR N.º 181/05.7TAAGH, A CORRER TERMOS NO 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL JUDICIAL DE ANGRA DO HEROÍSMO**

**Capítulo I**

**INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 17 de Setembro de 2007, na delegação do Pico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Madalena.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o pedido de autorização para o Deputado Aires António Fagundes Reis prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo comum singular n.º 181/05.7TAAGH, a correr termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.

O pedido do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo (1.º Juízo) deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 27 de Agosto de 2007, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer.

## **Capítulo II**

### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto, e n.º 43/2007, de 24 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

## **Capítulo III**

### **APRECIÇÃO DO PEDIDO**

Recebido o pedido, a Comissão procedeu à audição do Deputado Aires António Fagundes Reis, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, que informou das razões e circunstâncias em que foi arrolado como testemunha nos autos do referido processo, as quais nada têm a ver com o exercício do mandato de Deputado, e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento.

No processo comum singular n.º 181/05.7TAAGH, a correr termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo, é arguido Paulo Alexandre da Silva Araújo Caetano Ferreira.

#### **Capítulo IV**

##### **SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS**

Os *Grupos Parlamentares do PS e do PSD* manifestaram posições de concordância com a autorização para que o Deputado Aires António Fagundes Reis preste depoimento, na qualidade de testemunha, no mencionado processo judicial.

#### **Capítulo V**

##### **CONCLUSÕES E PARECER**

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento à presente solicitação judicial, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar o Deputado Aires António Fagundes Reis prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo comum singular n.º 181/05.7TAAGH, a correr termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.

Consequentemente, o pedido está condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados.

Madalena, 17 de Setembro de 2007

**O Relator, em substituição, José Ávila**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente, *Hernâni Jorge***

---

## **1 – Requerimentos:**

Assunto: Ligação Aérea Terceira - Porto

Autores: Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 07.09.18

Referência: 54.03.03 - N.º 293/VIII;

Assunto: Florentinos Privados da Consulta de Pneumologia, na Ilha das Flores

Autor: António Maria Gonçalves (PSD)

Data de Entrada: 07.09.18

Referência: 54.03.08 - N.º 294/VIII.

## **2 – Resposta a Requerimentos:**

Assunto: Falta de Médicos nas Freguesias de Altares, Raminhos, Santa Bárbara e Cinco Ribeiras

Autores: Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.09.18

Referência: 54.03.02 – N.º 271/VIII;

Assunto: Encerramento da EB1/JI Cônsul Dabney

Autores: Alberto Pereira e Jorge Costa Pereira (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.09.18

Referência: 54.03.07 – N.º 273/VIII;

Assunto: Pelo Funcionamento do Consulado nas Bermudas

Autores: Pedro Costa e José Bolieiro (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.09.18

Referência: 54.03.00 – N.º 277/VIII.

---

## REQUERIMENTO

No Plenário do mês de Janeiro último, o Grupo Parlamentar do PSD elegeu o assunto das ligações aéreas entre a Terceira e o Porto como uma questão prioritária ao nível dos transportes aéreos.

Na altura, perante os fundamentos e números apresentados pelo PSD na exigência de uma ligação aérea directa entre a Terceira e o Porto, o Governo Regional remeteu-se a um arrogante e comprometedor silêncio de não responder à Assembleia e o Grupo Parlamentar do PS fez o que sempre faz, desvalorizando a pretensão levada pelo PSD ao Parlamento e evitando, por todo o modo, confrontar o Governo com o seu incumprimento perante uma pretensão dos terceirenses e mesmo face a uma Resolução aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores há cerca de dois anos.

Com efeito, em 2005, cerca de 860 terceirenses apresentaram ao Parlamento uma petição no sentido de se promover tal ligação aérea.

Na sequência dessa petição e de uma proposta apresentada pelo PSD, o Grupo Parlamentar do PS viu-se na obrigação de recomendar a realização de tal rota.

Porém, o que é certo é que, mesmo assim, passaram cerca de dois anos e continua tudo como estava antes.

Curiosa e significativamente, depois da intervenção do Grupo Parlamentar do PSD há cerca de um mês, sem que o Governo Regional tivesse dito o que quer que fosse, o Secretário Regional da Economia, no fundo dando razão à posição do PSD, apressou-se a reunir com algumas entidades, sobre o assunto em causa.

Mais uma vez dando razão às posições e propostas do PSD foi divulgado ontem o Plano Director do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, no qual se conclui que da

“análise

*aos destinos finais mais procurados pelos passageiros do Aeroporto do Porto constata-se a existência de um conjunto de ligações com importante potencial, pelo que constituirá objectivo a incluir no Plano de Acções, a persuasão das companhias aéreas para o estabelecimento dessas rotas, nomeadamente: Destinos mais atractivos apenas servidos por transferência noutra aeroporto: Terceira,(...)”.*

Está assim mais uma vez demonstrada a viabilidade de uma ligação há muito ansiada pelos terceirenses e exigida pelo PSD.

**Sendo, no entanto, estranho o silêncio e a omissão do Governo Regional na assunção de tal ligação, durante todo este tempo, na medida em que os elementos de facto que levaram à citada conclusão do Plano Director do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, estiveram do mesmo modo disponíveis para o Governo Regional designadamente através dos fluxos aéreos do conhecimento dos serviços respectivos e das companhias concessionárias do serviço público em causa.**

Mais uma vez o que se demonstra é que o Governo Regional para proteger uns e outros acabou por prejudicar muitos e muitos terceirenses que nas suas vidas pessoais, familiares e profissionais têm de se deslocar ao Porto.

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se, assim, com esta conclusão desejando que constitua um passo decisivo para a efectiva consumação da ligação aérea entre a Terceira e o Porto.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores, solicitam os seguintes esclarecimentos:

1- Tem o Governo Regional conhecimento do Plano Director do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, no qual se conclui que da “análise aos destinos finais mais procurados pelos passageiros do Aeroporto do Porto constata-se a existência de um conjunto de ligações com importante

*potencial"* e que entre esses destinos mais atractivos, que apenas podem ser atingidos por transferência noutra aeroporto, se encontra a Terceira?

2- Estando os dados que permitiram tal conclusão à disposição do Governo Regional, porque razão, até hoje, nunca foi promovida a referida ligação aérea?

3- Que medidas foram até agora tomadas pelo Governo Regional no sentido de promover a ligação aérea Terceira-Porto?

4- Porque razão no Plenário do mês de Janeiro, perante a intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, o Governo Regional não tomou qualquer posição sobre esta matéria?

Angra do Heroísmo, 1 de Março de 2007.

**Os Deputados Regionais, Carla Bretão, Clélio Meneses, António Ventura**

---

## REQUERIMENTO

**Assunto: Florentinos privados da consulta de pneumologia, na ilha das Flores.**

Ao longo dos anos, têm sido proporcionados aos cidadãos da ilha das Flores os mais diversos serviços em distintas especialidades médicas, por profissionais do Serviço Regional de Saúde.

Os Centros de Saúde da Região elaboram anualmente um programa de deslocações de médicos especialistas às ilhas onde não estão sedeados serviços hospitalares.

Com esta prestação dos cuidados médicos aos utentes nas ilhas onde residem, não só a Região poupa dinheiro ao erário público como os cidadãos carentes destes serviços beneficiam da comodidade de serem atendidos nas suas próprias ilhas, evitando-se, assim, o incomodo e custos com deslocações dos utentes e respectivos acompanhantes.

A ilha das Flores, durante muito anos, beneficiou, em pé de igualdade com outras cinco ilhas, destas deslocações dos médicos especialistas ao Centro de Saúde das Flores para prestarem cuidados de saúde aos cidadãos das Flores.

Infelizmente, e nos últimos tempos, os florentinos têm sido privados de cuidados de saúde, prestados por médicos especialistas, na sua própria ilha de residência. Vêem-se, deste modo, os florentinos na obrigação de se deslocarem para as ilhas do Faial, Terceira ou São Miguel, com todos os custos e incómodos daí advenientes, na busca de atendimento por partes dos médicos especialistas do Serviço Regional de Saúde.

No corrente ano de 2007, o Serviço Regional de Saúde não programou o atendimento local, no Centro de Saúde das Flores, por parte dos médicos da área da pneumologia. Mesmo assim, foram marcadas pelo Centro de Saúde das Flores mais de 50 consultas de pneumologia para os dias 22,23 e 24 de Julho passado.

Uma semana antes das datas marcadas para a referidas consultas médicas de pneumologia, foram os utentes, com consulta marcada, informados de que o médico especialista não se deslocaria às Flores, por não ter sido autorizada a deslocação, por parte da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Assim, o Deputado abaixo – assinado vem requerer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os seguintes esclarecimentos ao Governo Regional:

- 1- Tem ou não o Governo Regional consciência do benefício que é para os florentinos a realização, na sua própria ilha, de consultas médicas de especialidade?**
- 2- Porque razão o Governo Regional não permitiu a deslocação do médico especialista em pneumologia à ilha das Flores para consultar os mais de 50 cidadãos carenciados destes serviços?**
- 3- Quais foram os critérios usados para o Governo Regional tomar a decisão de cancelar a prestação de consultas de pneumologia no Centro de Saúde das Flores, em 2007?**

**Foi por falta de médico disponível ou foi por razões orçamentais?**

- 4- Como pensa o Governo Regional colmatar esta grave lacuna que, em muito, afecta os cidadãos das Flores? Será que ainda neste ano de 2007 o Governo Regional autorizará a deslocação às Flores de um médico especialista em pneumologia?**

**5- Os custos com a deslocação de um médico especialista, por três dias, às Flores tem um custo, certamente, em muito inferior ao da deslocação dos cidadãos necessitados da prestação de serviços de pneumologia, mais os respectivos acompanhantes, para as ilhas do Faial, ou Terceira, ou São Miguel. Em quanto sai o erário público prejudicado?**

Flores, 12 de Setembro de 2007

**O Deputado, António Maria Gonçalves**

---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 271/VIII – FALTA DE MÉDICOS NAS FEGUESIAS E ALTARES, RAMINHOS, SANTA BÁRBARA E CINCO RIBEIRAS**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 271/VIII, subscrito pelo Senhores Deputados Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. As razões prendem-se com o efeito do decurso do tempo dos mecanismos que ligavam os respectivos médicos à Administração Pública Regional.
2. Os Postos de Saúde em consideração continuaram a funcionar com a presença de outros elementos que prestam cuidados de saúde e que facultam aos utentes as informações necessárias.
- 3 e 4 – Enquanto decorrem os procedimentos administrativos tendentes à resolução da situação em causa, foram adoptadas medidas que se traduzem num esforço de racionalização dos recursos humanos existentes, na redistribuição dos médicos pelos Postos de Saúde onde realizarão consulta aberta, uma vez que o número de utentes nas actuais listas de cada médico não permitem novos acréscimos.

Mais se informa que o Governo Regional deu, de imediato, instruções ao Centro de Saúde de Angra do Heroísmo para recorrer a todos os mecanismos legais que

facilitassem a resolução célere desta questão, incluindo, a contratação de médico, em regime de prestação de serviços, e a requisição e abertura de concurso interno geral para provimento de dois lugares da categoria de Assistente da Carreira Médica de Clínica Geral e Familiar.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante***

---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 273/VIII – ENCERRAMENTO DA EB1/JI CÔNSUL DABNEY**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 273/VIII, subscrito pelo Senhores Deputados Alberto Pereira e Jorge Costa Pereira, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1 - O Governo Regional não pretende encerrar aquela escola, mas apenas operar a sua transferência para o edifício onde funcionou a EB2 da Horta (também na Cónsul Dabney).

2 - O Governo Regional pretende encaminhar os alunos para as ex-instalações da EB2 da Horta, deixadas livres por transferência para o chamado “edifício novo” antes ocupado pelo ensino secundário.

3 - As instalações em causa apresentam muito melhor qualidade construtiva e de segurança do que as actuais instalações da EB1/JI Cónsul Dabney. Ao contrário destas, não têm canaletes de fibrocimento anterior a 1986 nos tectos, não têm as armaduras à vista nem têm problemas de vedação. As condições oferecidas são, portanto, melhores em conforto e segurança.

4 - Tanto quanto se conseguiu apurar, os problemas foram apontados logo aquando da inauguração da escola, tendo então os responsáveis pela administração educativa reunido com docentes sobre esta matéria. Todos os anos têm sido

identificadas deficiências, inclusive através da comunicação social. As insuficiências consistem numa concepção errada dos espaços escolares, marcada pelo conceito, há muito abandonado, da escola fisicamente aberta, por problemas de corrosão de armaduras, necessidade de revisão dos vãos, com especial ênfase nas caixilharias das janelas, a presença de um tecto com canaletes de fibrocimento, difícil de manter e que levanta questões quanto à segurança, e a falta de uma vedação consequente, e de local para largada das crianças que não levante problemas de circulação.

5 - As deficiências não são devidas a questões de manutenção, antes se devem à concepção e estrutura do imóvel, da responsabilidade de quem aprovou e executou o projecto.

6 - A Câmara Municipal sempre manifestou a intenção de resolver as questões emergentes da utilização daquele espaço, mas tal não releva para a decisão, já que os problemas são estruturais.

7 - Reafirma-se que é uma questão de instalações, a que acrescem razões de boa gestão dos recursos humanos e materiais do sistema educativo e a vontade de servir melhor as crianças que frequentam as escolas da Horta. O encerramento trará vantagens imediatas na qualidade do processo educativo, na segurança e na comodidade, incluindo maior diversificação curricular, acesso a um melhor ginásio, acesso a rede informática, incluindo quadro interactivo, e fornecimento de refeições na cantina.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete,** *Hermenegildo Galante*

---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO N° 277/VIII – PELO FUNCIONAMENTO DO CONSULADO NAS BERMUDAS**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n° 277/VIII, subscrito pelo Senhores Deputados António Pedro Costa e

José Manuel Bolieiro, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1 - O Governo Regional dos Açores tem, ao longo dos anos, mantido um contacto regular com o Consulado de Portugal nas Bermudas, bem como com todas as estruturas diplomáticas do Estado Português que se localizam em áreas com presença açoriana.

Estes contactos destinam-se a acompanhar, não só a situação das Comunidades, mas também, a aferir da forma como as mesmas são apoiadas pelas embaixadas e consulados da República Portuguesa.

2 – Entre finais de 2001 e Março do corrente ano, o Consulado de Portugal em Hamilton, Bermuda, atravessou um período de grande instabilidade, tendo inclusive sido ponderada a sua extinção.

Fruto da intervenção de S. Exa. o Presidente do Governo junto de S. Exa., o Primeiro-Ministro, foi, entre outros aspectos, assegurada a manutenção do referido Consulado como Consulado Honorário.

Sendo certo que a opção política está tomada e que esta, face aos cenários colocados, constitui uma vitória indiscutível a favor dos Açorianos residentes na Bermuda, o Governo Regional continuará a trabalhar no sentido de ser assegurado o integral cumprimento do que, nesta matéria, foi deliberado pelo Conselho de Ministros.

3 - O Governo Regional assegura a fixação de um assistente administrativo para o funcionamento Consular.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante***

—

**A redactora:** Maria da Conceição Fraga Branco